

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública
Ano 1 — nº 4 — novembro — 2017

RENOVAR É PRECISO!

As fontes renováveis
na matriz energética brasileira



BIG DATA

Volume, variedade e
velocidade: a informação
onipresente em nossas vidas



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Impresso ontem, eletrônico
hoje, seguro sempre



ENTREVISTA COM

LILIA MORITZ SCHWARCZ

Lima Barreto, o questionador
das injustiças sociais
do Brasil Republicano



19º CONCURSO NACIONAL MUSEU DA IMPRENSA 2017/2018

www.in.gov.br
61-3441-9618
concursomuseu@in.gov.br

Artigo Jornalístico
Ensino superior:
Centenário de morte
do médico sanitarista
Oswaldo Cruz



Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em 5 de agosto de 1872, em São Luís de Paraitinga, São Paulo. Cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro. Foi pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil. Faleceu em Petrópolis no dia 11 de fevereiro de 1917.

Desenho
Ensino Fundamental
Anos iniciais
(1º ao 5º ano):
Chacrinha visita o
Museu da Imprensa

Redação
Ensino médio:
60 anos do projeto do
Plano Piloto de Brasília



Redação
Ensino Fundamental
Anos finais
(6º ao 9º ano):
95 anos da Semana
de Arte Moderna



José Abelardo Barbosa de Medeiros, mais conhecido como Chacrinha, nasceu em Surubim, Pernambuco, no dia 30 de setembro de 1917. Ele é considerado o maior comunicador do rádio e da televisão brasileira. Começou a carreira no rádio, no final dos anos 30. Chacrinha faleceu no dia 30 de junho de 1988, aos 70 anos. O último programa Cassino do Chacrinha foi ao ar em 2 de julho de 1988.

REALIZAÇÃO:

APOIO:



**IDENTIDADES
CONFIÁVEIS**

**TRANSAÇÕES
VIRTUAIS SEGURAS**

**VALIDADE JURÍDICA NAS
ASSINATURAS DIGITAIS**

CERTIFICAÇÃO DIGITAL **ICP-BRASIL**

O PAÍS ESTÁ PREPARADO PARA O FUTURO

Acesse e saiba mais **www.iti.gov.br**

 [/iti.icpbrasil](https://www.facebook.com/iti.icpbrasil)

 [/iti_icpbrasil](https://twitter.com/iti_icpbrasil)

 [/itidigital](https://www.youtube.com/itidigital)



ITI
Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação



Diretor-Geral: Pedro Bertone
Editor: Cristóvão de Melo
Copidesque: Rogério Ribeiro Lyra

REDAÇÃO:

Cristóvão de Melo
Ezequiel Marques Boaventura
Pedro Paulo Tavares de Oliveira
Rogério Lyra
Letícia Helen Neves de Sá (estagiária)
Lisandra Nascimento (estagiária)

SECRETÁRIA

Vânia Maria Pinto

REVISÃO:

Dermeval Fernandes Dantas

CAPA:

Sirofi

ARTE E DIAGRAMAÇÃO:

Cláudio de Souza

ILUSTRAÇÃO:

Sirofi (pág. 46)

DECUPAGEM:

Lisandra Maria Souza do Nascimento

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

Imprensa Nacional – Assessoria de
Comunicação – SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF, 70610-460
e-mail:

ascom@in.gov.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de
exclusiva e de inteira responsabilidade dos
autores, não exprimindo, necessariamente, o
ponto de vista da Imprensa Nacional, ou da
Casa Civil da Presidência da República.

É permitida a reprodução da revista,
desde que citada a fonte.

IMPrensa Nacional – Novos Rumos da
Comunicação Pública ISSN 2526-6039 é
uma publicação produzida pela Assessoria de
Comunicação da Imprensa Nacional.



<http://www.in.gov.br>

Carta ao Leitor

Eis que chegamos à quarta edição de nossa revista.

Depois de subirmos às alturas na última edição com a matéria de capa a respeito do satélite geoestacionário, cuja repercussão foi muito positiva entre os leitores, voltamos ao chão de nossa “fábrica” com uma matéria acerca dos caminhos trilhados pelas informações para serem impressas no *Diário Oficial da União (DOU)* que, nesse mês de novembro, no dia 30, encerra sua edição impressa. Mas segue a missão – que cumpre há 155 anos, completados em 1º de outubro passado – de tornar públicos, agora de forma exclusivamente digital, os atos do Governo Federal. O encerramento da impressão seguiu o cronograma previsto em nosso Planejamento Estratégico, que, aliás, abordamos em matéria que descreve os caminhos que a Imprensa Nacional pretende trilhar nos próximos dois anos.

Sendo a Imprensa Nacional um órgão tradicionalmente ligado à cultura e aos grandes vultos da literatura nacional, nessa edição, mais uma vez, tivemos a honra de entrevistar uma expoente da produção cultural brasileira, a professora, historiadora e escritora Lília Moritz Schwarcz, que nos recebeu para falar da sua mais recente obra: *Lima Barreto – triste visionário*. No livro, Lília descreve a vida e a obra desse grande autor brasileiro, que começa a ser revisitado, depois da repercussão que a recente biografia, lançada pela Companhia das Letras, tem causado no meio literário. Ainda dentro do universo da língua escrita, *Paixão pelos livros* é o título da matéria que aborda os diversos aspectos que fazem do livro, mais do que um meio pelo qual registramos conhecimento, um manancial inspirador de nossa espécie ao longo da história.

Democratização na produção e acesso à informação, por meio da tecnologia, é um dos aspectos que abordamos também na matéria a respeito do *Big Data*, um assunto de fôlego, que não pode ser esgotado em poucas páginas. Mas focamos, em determinados tópicos, dois assuntos pelos quais temos interesse especial: melhoria da gestão e segurança. Temas que nos são caros e que fazem parte de nossa linha editorial. Ainda com foco na TI, um artigo acerca do novo regramento da certificação digital é assinado por Gastão Ramos, Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Nossa era digital nos trouxe avanços, mas também mazelas, a respeito das quais, Regina Barros, servidora da IN, discorre no artigo: *O estresse nosso de cada dia*. Para esgotar o assunto, divirta-se com a crônica, *Homo Celularis*, uma “nova espécie” para a qual evolui (ou não) o *Homo sapiens*.

Na última reportagem da série *Arquivos Abertos*, apresentamos o Fundo do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (SPMAF), disponível para consulta na Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília e aproveitamos o ensejo para tratar um pouco da questão migratória, tema atualíssimo da realidade mundial, e da nova lei brasileira de migração, promulgada recentemente.

Em nossa matéria de capa, mais uma vez abordamos um tema de peso: as fontes renováveis de energia. Apesar de o Brasil possuir grandes reservas de gás natural e petróleo, as nossas fontes baseadas em hidrocarbonetos estão fadadas à substituição, mesmo antes de seu total esgotamento. Não por conta da escassez, mas pelo impacto que provocam no meio ambiente, com a poluição e destruição de biomas, e com as alterações climáticas, que afetam nosso planeta e as condições de vida de todos que nele habitam. Na reportagem, apresentamos as principais alternativas estudadas e adotadas pelo Governo Federal e demais unidades da Federação.

Como em todas as edições, abordamos uma lei – como todas, publicada no *DOU* – e seus efeitos em nossa sociedade. Desta vez, falamos a respeito da Lei nº 8.989/1995, que regula o desconto na compra de veículos, para cidadãos com necessidades especiais e outras pessoas que têm direito de usufruir dos benefícios estabelecidos pelo dispositivo legal.

Por fim, sendo esta a última edição de 2017, aproveito a oportunidade para desejar um 2018 produtivo e repleto de boas notícias para todos nós. Que venham o novo ano e seus novos desafios!

Pedro Bertone - Diretor-Geral

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública

Ano 1 — nº 4 — novembro — 2017

SEÇÕES

7 - SAIU NO DOU - Lei nº 8.989/1995 beneficia os portadores de deficiência na compra de automóveis

10 - ALMA GRÁFICA - Paixão pelos livros

24 - HIPERIDEIAS - Grandes dados: a onipresença da informação

31 - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - O estresse nosso de cada dia

34 - GESTÃO - Plano de vôo aprovado

36 - CULTURA - Lima Barreto, o arauto e inquieto questionador das injustiças sociais do Brasil Republicano

DESTAQUES

15 - CAPA - Renovar é preciso
(Ezequiel Marques Boaventura e Rogério Lyra)

21 - ARTIGO - Você já ouviu falar de Certificação Digital ICP-Brasil?
(Gastão José de Oliveira Ramos - Diretor-Presidente do ITI)

28 - REPORTAGEM ESPECIAL - Arquivos Abertos - Trilhas de imigrantes no Brasil
(Pedro Paulo Tavares de Oliveira)

40 - REPORTAGEM - Por dentro do DOU
(Rogério Lyra)

46 - CRÔNICA - *Homo celularis*
(Rogério Lyra)



**Amplie seus conhecimentos
sobre convênios e
transferências voluntárias!**

Tem alguma dúvida sobre o tema?

Acesse www.portal.convênios.gov.br



PORTAL CONVÊNIOS

SECRETARIA DE
GESTÃO

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



Lei nº 8.989/1995

beneficia os portadores de deficiência na compra de automóveis

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Com vigência prorrogada até 2021, a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, concede a pessoas portadoras de deficiência física o benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aquisição de automóveis, mas é apenas um braço da política nacional conduzida pelo Ministério dos Direitos Humanos. Há leis complementares, mas aqui nos deteremos na isenção do IPI e nos critérios estabelecidos pela Receita Federal para a concessão do benefício que pode reduzir até 30% do valor tabelado do veículo



O conceito de acessibilidade nunca esteve tão em voga como hoje, fruto da pressão de minorias da sociedade para o Estado promulgar direitos e deveres para além daqueles clássicos reconhecidos pela Constituição Federal, a exemplo de saúde, educação, segurança etc. Isentar do IPI os automóveis de fabricação nacional, quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência, integra a legislação há 22 anos, com a edição da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, publicada na edição extra do *Diário Oficial da União* do dia seguinte.

Logo no art. 1º, a lei diz que “ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindra da não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão”, quando adquiridos por *pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal*. O destaque é do inciso IV. Os incisos anteriores referem-se a motoristas de táxi e a cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, também na categoria de aluguel (táxi).

Nos termos do seu art. 3º, a isenção do IPI será reconhecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente se encaixe nos critérios definidos na lei. Pelos critérios da Receita, as pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, ainda que menores de 18 (dezoito) anos, poderão adquirir, diretamente ou por intermédio de seu representante legal, com isenção do IPI, automóvel de passageiros ou veículo de uso misto, de fabricação nacional, classificado na posição 87.03 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI).

Para a concessão do benefício, é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. Deficientes visuais são as pessoas com acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

André Correa, gerente corporativo da revendedora brasileira de veículos V12 Motors, explica que o valor da isenção de IPI varia conforme o modelo do automóvel, podendo alcançar até 11% do preço de fábrica, somente nesta alíquota. No caso de um Gol 1.0, modelo *trendline*, ano 2017, ele fez os seguintes cálculos: Valor do veículo — R\$ 42.990,00. Com isenção do IPI — R\$ 39.794,05.

Isenção de IPI - Pessoas com Deficiência (Brasil)

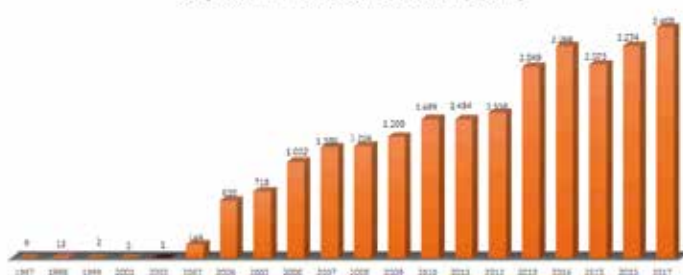


Foto: Assessoria de Comunicação da Receita Federal do Brasil

Sem o IPI, o abatimento ficou em cerca de 7 a 8% do preço de tabela. As concessionárias costumam conceder um bônus em torno de 6%. Somada a descontos do Imposto sobre Operações Financeiras, em torno de um por cento, mais o desconto de ICMS e IPVA previstos em lei complementares, a isenção pode alcançar 30% do valor do veículo.

Na revendedora CVP, também de Brasília, Antonio Carlos Félix Filho, cita o exemplo de um Fiat Palio, 1.6, com preço de tabela de R\$ 54.270,00, mas que, com as isenções, baixou para 42.379,00. O abatimento representou 21,91% do preço inicial. Félix informa que a isenção do IPI vale apenas uma vez a cada dois anos, sem limite do número de aquisições. “Em todos os casos, o preço máximo do veículo é de 70 mil reais”, acrescenta.

Esse é um mercado de números significativos. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo demográfico de 2010 revelou uma população total de 190.755.799 de milhões de brasileiros, dos quais 45.606.048 milhões apresentam pelos menos uma das deficiências investigadas, correspondendo a 23,91% do total. Os graus de deficiência motora apontaram 734.421mil pessoas sem se se movimentar (0,39%); 3.698.929 milhões com grande dificuldade (1,94%) e 8.832.249 milhões com alguma dificuldade (4,63%).

O gráfico acima demonstra a evolução na quantidade de requerimentos protocolizados na Delegacia Regional da Receita Federal em Brasília. Os números mostram uma ligeira elevação nos requerimentos de 2017 em relação ao ano passado: 2.468 contra 2.274. No gráfico abaixo, ainda conforme a Receita, vê-se a evolução do número de pessoas beneficiadas com a isenção de IPI e IOF entre 2010 e 2017, no Brasil.

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
IPI	34.025	42.532	50.658	62.368	80.036	89.303	106.975	134.147
IOF	5.042	6.267	7.112	6.386	5.478	4.677	5.262	5.880

Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistida (Abridef), em 2016 as vendas para esse público cresceram 31,5% em relação a 2015, que registrou 106 mil unidades vendidas. Em 2016, a Ford vendeu 4.820 veículos para pessoas com deficiências, ou 2,6% de suas vendas totais. Para a Toyota, o segmento ficou com 6% das suas vendas. No primeiro bimestre, os negócios da Fiat Chrysler no segmento cresceram 130%, ante igual período de 2015. No geral, em 90% das vendas os veículos são apenas com câmbio automático, sem necessidade de adaptações.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), da estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. A Secretaria destaca como um dos seus pontos focais a publicação da Lei nº 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão), de 6 de julho de 2015, que prorrogou o prazo da isenção do IPI até o ano 2021. “Outra contribuição da SNDPD foi na obrigatoriedade dos laudos médicos para os pedidos de isenções serem exclusivamente provenientes do SUS ou entidades conveniadas a ele”, frisa o Assessor de Comunicação da SNDPD, Eduardo



George. Em 2013 a isenção alcançou familiares de deficientes impedidos dirigir e incluiu patologias que reduzem a mobilidade, como tendinite crônica. Também têm direito ao benefício idosos com sequelas físicas ou motoras provocadas pela idade ou por doenças.

Maria Angélica Neves Kuhn, servidora pública aposentada por invalidez em razão de uma sequela derivada de um câncer de mama, reclama da burocracia que enfrentou para adquirir um veículo modelo Eco Sport em 2012. Ela sugere muita persistência a quem precisa comprar um carro nessas condições. “Consegui mais informação com pessoas na mesma situação minha. Senti falta de interesse na tramitação do meu processo nos órgãos públicos. Só adquiri o carro após cinco meses de luta”, desabafa, mesmo ciente de que o tempo estimado pela Receita é de três meses.

A Assessoria de Comunicação do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) esclarece que em nenhum momento o órgão participa do processo de isenção. Para dar entrada na solicitação de desconto de 30%, o interessado deverá pedir, em primeiro lugar, um laudo de um médico da rede pública de saúde, já com o número da Classificação Internacional de Doenças (CID). De lá, ele dá entrada diretamente na Secretaria de Fazenda, solicitando isenção do IPVA e de ICMS, e, também, na Receita Federal, solicitando desconto do IPI. O Detran não fornece laudo para isenção de impostos. O laudo do Detran é somente para solicitar a modificação e adaptação do veículo de acordo com a deficiência do condutor.

Documentos exigidos pela Receita para isenção do IPI. Os formulários podem ser baixados do endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/>

I) Requerimento de Isenção de IPI - Deficiência Física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas;

II) Laudo de Avaliação emitido por prestador de serviço público de saúde ou serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o Sistema Único de Saúde (SUS) para:

a) Deficiência física e/ou visual, ou
b) Deficiência mental severa ou profunda, ou

c) Autismo

III) No caso de serviço privado de saúde:

a) Declaração de Serviço Médico Privado Integrante do SUS, ou
b) Declaração de Credenciamento Junto ao Detran

Obs.: A autoridade fiscal poderá pensar a entrega do laudo de avaliação, desde que o beneficiário tenha comprovado, em aquisição anterior, ser portador de deficiência permanente.

IV) Declaração de Disponibilidade Financeira ou Patrimonial compatível com o valor do veículo a ser adquirido;

V) Identificação do(s) Condutor(es) Autorizado(s) e as cópias (autenticadas ou acompanhadas dos originais) da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do beneficiário da isenção (caso habilitado) e/ou de todos os demais condutores, se for o caso;

VI) Cópia da Nota Fiscal relativa à última aquisição de veículo com isenção do IPI ou a via original da autorização anteriormente concedida e não utilizada;

VII) Declaração de não Contribuinte do Regime Geral de Previdência Social - RGPS ou de Regularidade Fiscal (Contribuições Previdenciárias).

De acordo com a Receita, a indicação de condutor(es) não impede que a pessoa portadora de deficiência conduza o veículo, desde que esteja apta para tanto, observada a legislação específica. Mesmo possuindo a CNH, o requerente, se desejar, ainda poderá autorizar 3 (três) condutores.

O requerente ou o seu representante legal, caso não sejam condutores habilitados, deverão apresentar cópia autenticada (ou acompanhada do documento original) do seu documento de identificação.

Isenção do IOF

A isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) poderá ser requerida por meio do Requerimento de Isenção de IOF para Pessoas Portadoras de Deficiência Física.

Segundo a Lei 8.383/91, estão isentas do IOF as operações de financiamento para a aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta, quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, atestada pelo Departamento de Trânsito do Estado onde residirem em caráter permanente, cujo laudo de perícia médica especifique:

a) o tipo de defeito físico e a total incapacidade do requerente para dirigir automóveis convencionais;

b) a habilitação do requerente para dirigir veículo com adaptações especiais, descritas no referido laudo.

Como alerta a Receita, a isenção do IOF não alcança os portadores de deficiência visual, mental severa ou profunda, ou autistas por falta de previsão legal. O benefício só poderá ser utilizado uma única vez.

The image displays three sample forms for IPI exemption, each with a header from the Ministério da Fazenda and Receita Federal. The forms are titled 'Laudo de Avaliação' and contain sections for '1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE E DADOS COMPLEMENTARES' and '2. LAUDO DE AVALIAÇÃO'. The forms are designed for different types of disabilities: Deficiência Física e/ou Visual, Deficiência Mental Severa ou Profunda, and Deficiência Física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas. Each form includes fields for personal data, medical history, and a declaration of the evaluator.

Modelos de formulários para isenção de IPI

ALMA

GRÁFICA

Paixão Pelos Livros

Lisandra Nascimento e Rogério Lyra

Viajar pela leitura

Clarice Pacheco

“Viajar pela leitura
sem rumo, sem intenção.
Só para viver a aventura
que é ter um livro nas mãos.
É uma pena que só saiba disso
quem gosta de ler.

Experimente!

Assim sem compromisso,
você vai me entender.

Mergulhe de cabeça
na imaginação!”



Livro, nome com cinco letras, duas vogais e três consoantes e uma miríade de significados. Um livro pode alimentar sua imaginação, ser fonte de discussões, de conhecimento, em que você pode encontrar as maiores histórias já contadas. Basicamente é só um conjunto de páginas de papel, fixadas umas nas outras e encapadas, normalmente com um título que informa o seu conteúdo. Este objeto, de simples manufatura, pode repousar passivo em poeirentas prateleiras de esquecidas bibliotecas ou frequentar animados saraus, nos quais seu conteúdo é o centro dos eventos. Mundos imaginários de romances, crimes, suspenses e sagas de vida e morte. Quem nunca sofreu pelo casal de apaixonados que não terminou junto ao final da história? Ou por seu personagem favorito ter morrido? Os fãs de *A Guerra dos tronos* de George Martin, por exemplo, vivem essa realidade bruscamente, frequentemente.

A conexão dos livros com nossa história passa pelo registro do que fomos e do que somos, ou gostaríamos de ser. Antes de sua existência, nossa história era transmitida de forma oral. Essa forma, evidentemente, era mais sujeita a deturpações e a se perder com o tempo. Com o advento da escrita em tábuas de argila, seu posterior registro em papiros, pergaminhos, códices e, finalmente, nos livros, o homem encontrou, enfim, um meio eficiente de guardar e repassar conhecimento. Hoje, tudo o que conhecemos está registrado nos livros. Eles são responsáveis pelos milhões de discussões e polêmicas que alimentam nossa imaginação e enriquecem nossas vidas.

E que tal falarmos a respeito da arte de ler? Há diversas formas de se dedicar à leitura, como sentar-se em uma confortável poltrona, pegar seu *kit* de leitura; marcadores de texto coloridos, um copo de café e, evidentemente, um livro. O amor aos livros é algo difícil de explicar. Seria o gosto por aventuras, uma ajuda nos momentos difíceis, a vontade de expandir a mente e fugir da realidade por algumas horas? Alguns podem argumentar que a paixão vem da infância, de quando criança, na escola, a professora lendo histórias para entreter a meninada. Talvez, ali, tenha sido o começo de tudo. Ou quem sabe, em casa, na hora de dormir, com seus pais a lerem uma fábula, antes de o sono chegar. Com certeza, é na mais tenra idade que a paixão chega forte e se consolida por toda a vida.

Quem compra o primeiro livro, ainda criança, tem muita chance de manter o hábito na idade adulta. Depois que passa a infância, embalada nos contos de fadas, contos infantis e histórias de capa e espada, vem a adolescência, e nossos gostos se inclinam por enredos mais intrincados, em que nossas angústias, sonhos e medos encontram respaldo. Na idade adulta, nova fase de buscas e descobertas, já consolidada a paixão, o perigo agora é se tornar um comprador compulsivo. Sim, porque além do entusiasmo pelo conteúdo, alguns ampliam sua admiração por todos os aspectos do livro: a arte da capa, a encadernação, as cores, as versões e até o cheiro do papel. Assim, nascem os bibliófilos, pessoas que gostam de ler e colecionar livros, que os amam sem medir esforços.

Para quem gosta de livros, entrar em livrarias e bibliotecas é se perder no tempo e no espaço. Por alguns minutos, que podem chegar a horas para os mais entusiastas, é como se o mundo lá desaparecesse. Mergulhados no universo de “estórias” e história, ficção e não ficção, a indecisão toma conta. O que ler, folhear, ao passar pelas prateleiras e admirar as capas que tanto seduzem, às vezes mais do que o conteúdo? No final, para o comprador compulsivo, levar mais livros do que havia planejado, jurando a si mesmo que irá dispô-los numa fila (imaginária) de futuras leituras. Já em casa, o amante dos livros enfrenta novo problema, dessa vez de espaço. Prateleiras cada vez mais entulhadas se envergam com o peso das novas aquisições.

Mas eis que chegou o livro eletrônico, o *E-book*. Adquirir um livro, nesse formato, ficou bem mais fácil. Com eles, podemos fazer *downloads* dos últimos lançamentos, que nem chegaram ainda às livrarias. Os *e-books* oferecem, aos que se deixam seduzir por eles, uma gama de vantagens, como marcadores eletrônicos, caixa para anotações, dicionário *online*, conexão à Internet e a possibilidade de compartilhar com amigos seus apontamentos a respeito da leitura nas redes sociais. Com ele, também vem o fim do problema de espaço. Apesar das vantagens das versões eletrônicas, os que têm apego ao papel não abrem mão do contato físico com os livros, as páginas passando pelos dedos e o prazer de sentir o cheiro das páginas novinhas.

Os que mergulham a fundo nas fantasias do universo literário também não perdoam, quando o objeto de sua paixão é deturpado em seu conteúdo. É o que acontece quando se deparam com as versões produzidas para o cinema. “Não tem nada a ver com o livro, estragaram tudo”, costumam dizer. Alguns, porém, fazem concessões, fanáticos pelos seus personagens da literatura, ficam fascinados e até orgulhosos de verem materializados seus heróis na telona. Enfim, para os amantes dos livros, uma vida vale por mil, mil aventuras, mil romances, mil utopias a serem vividas na mente de cada um.

Biblioteca Nacional de Brasília

Bibliotecas, livrarias, editoras e sebos são instituições com diferentes propósitos ligados ao livro: conservar, estruturar, produzir, apresentar e vender livros. A primeira biblioteca do mundo, do século VII a.C., situada na Mesopotâmia, a Biblioteca de Nínive, continha mais de 25 mil plaquetas de argila, com estudos acerca dos mais diversos assuntos: geografia, matemática, astrologia, medicina, religião e leis. No Brasil, a primeira biblioteca surgiu na Bahia, no ano de 1811. Desde então, surgiram bibliotecas em todos os estados do País. Na capital federal, uma das principais é a Biblioteca Nacional de Brasília (BNB). Desenhada por Oscar Niemeyer, quando da criação de Brasília, sua construção começou em 2002 e terminou em 2006. A abertura ao público aconteceu somente no mês de dezembro de 2008.

Carlos Alberto Xavier, Diretor da BNB, explicou como funciona a instituição. A biblioteca recebe por dia mais de 400 visitantes, em sua maioria alunos do ensino médio e superior, estudantes para concursos e advogados, à procura não somente de livros, mas da Internet (uma das melhores do Brasil, segundo Xavier) e dos vários espaços de leitura e sala de cursos que ela oferece.

A BNB tem dois tipos de acervo: o de obras raras, que não é aberto ao público, por serem obras raríssimas, que precisam ser bem cuidadas, e o acervo particular, com mais de 30 mil títulos, cujo acesso é permitido ao público visitante, inclusive com sistema de empréstimo. Na Internet, por meio do sistema de processamento de dados “Sofia”, é possível buscar títulos de obras disponíveis no acervo, que ainda não está digitalizado. A respeito do acervo de obras raras, a bibliotecária Sabrina Amorim comentou: “ainda não temos a nossa coleção completa, mas temos o ‘livro do ano de 1823’, que é uma constituição em miniatura”.

A BNB participa de um projeto para a colocação de livros nos ônibus do Distrito Federal para incentivar a leitura. Estabeleceu também uma parceria com o Instituto Camões, de Lisboa, para criarem um quiosque da língua portuguesa, nos arredores da biblioteca.

Foto: Eduardo Coutinho (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0>)



Fachada da Biblioteca Nacional de Brasília



Carlos Alberto Xavier, Diretor da BNB, e a bibliotecária Sabrina Amorim

O que são sebos?

Foto: Lisandra Nascimento



Cida Caldas, proprietária da Livraria Café e Bistrô Sebinho

Sebos são locais onde se encontram livros e revistas usados, que são vendidos a um preço mais acessível. Um dos sebos mais frequentados em Brasília é a Livraria Café e Bistrô Sebinho, localizada na Asa Norte, cuja proprietária é Cida Caldas. Com um

elegante sorriso e uma boa conversa, ela falou como seu empreendimento cresceu durante 31 anos desde a sua inauguração. “A ideia principal era criar um negócio que não me custasse tanto. Eu trabalhava em uma livraria que fechou e o pagamento foi em livros e estantes. A partir daí, abrimos em uma quitinete, depois fomos para uma loja. Nessa mesma época, perdi o meu marido, e o meu cunhado assumiu a Sebinho comigo, com a ajuda de minha sogra. A gente expandiu e sempre estávamos de olho no mercado, nas evoluções que estão acontecendo”, conta Cida. Com mais de 100 mil volumes, é a maior loja de HQs (História em Quadrinhos) da cidade, sendo ponto cultural frequentado por muitos alunos, em que acontecem, também, reuniões entre amigos e professores. Cida Caldas, formada em Letras, opinou a respeito de as pessoas procurarem livros antigos em sebos: “Está no gostar de livro. Eu acho que quem gosta sempre corre atrás do livro que quer”.

Um apaixonado por livros

Foto: Vinicius Loureiro/Enap

Francisco Gaetani é um apaixonado por livros. Dono de alguns milhares, que mantém em seu apartamento, Gaetani falou à *Revista Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública* a respeito de sua relação com os livros.

Os amantes dos livros possuem uma ligação a mais com o “objeto” livro, quantas dimensões cognitivas o livro tem para você?

Nunca contei. Elas foram surgindo com o tempo. Eu não ligava para capa. De repente, comecei a prestar atenção em função do convívio com um amigo que fazia algumas. A grossura nunca me intimidou. Mas, ultimamente, ando meio preguiçoso. O título é um anzol poderoso. As resenhas ajudam a despertar, ou não, o interesse. Até a tal tessitura começou a me “pegar”. Formato é cada vez mais importante em função do aumento da importância da praticidade das coisas – os livros da L&M e da Cia das Letras ganham pontos neste quesito. Até cor anda contando. Não sei. São muitas.

Que tipo de livro você tem mais?

Acho que livros técnicos: economia, política, administração pública, história...

Por que você gosta de ter livros?

Me proporcionam prazer. Me fazem companhia. Me fazem crer que as respostas das perguntas da vida estão lá. Me distraem. Me emocionam. Me interpelam. Me ajudam a me situar em relação a mim mesmo e ao mundo. Me preenchem. Nunca pensei nisso.

Quando começou sua paixão pelos livros?

Acho que na passagem da infância para a adolescência. Eu sempre fui muito tímido. Os livros sempre foram uma companhia. Uso óculos desde os dois anos de idade. Nada de esportes, portanto. Fui parte de uma das primeiras gerações de crianças que moravam em apartamento. Gostava de história em quadrinhos. Delas para os livros foi um pulo. Ah! Meus pais tinham livros em casa. O gosto do meu pai era meio estranho – li toda a coleção do Karl May – um alemão que escreveu quase quarenta livros a respeito do oeste americano sem nunca ter pisado nos Estados Unidos. Mas a biblioteca da casa da nonna [vovó em italiano] e os livros do meu tio que ficavam em uma estante no corredor – cheio de livros de ficção científica – ajudavam a diversificar o cardápio.

O que mais gosta de ler?

Jornais. Um vício que herdei do meu pai e do qual não consigo me curar. Quanto aos livros, gosto mais do que os anglo-saxões chamam *public affairs*, uma mistura de política, atualidades, geopolítica, costumes e assuntos contemporâneos.

Tem algum gênero preferido?

Policiais e ficção científica.



Qual seu autor estrangeiro preferido?

Essa é uma pergunta injusta. Sou um leitor comum. Os nomes que me ocorrem são Dostoiévsky, Gore Vidal, Nick Hornby, Jo Nesbo, John Le Carré e o desalmado George Martin (autor dos livros da série *Game of Thrones*) – o único autor que me fez sentir raiva a ponto de querer tomar satisfações com ele. Me fez entender melhor a personagem de Kathy Bates no filme *Mercy* – baseado em conto do Stephen King – em que ela mantém o James Can em cárcere privado porque não concordava com o final do último livro dele.

Qual seu autor brasileiro preferido?

Os Veríssimos, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Garcia Rosa... e ando intrigado com o talento da Fernanda Torres.

Quais as vantagens e desvantagens, na comparação livro x livro digital?

Ai. Esta é uma pergunta que não consegui responder para mim mesmo ainda. O livro é pessoal. O *e-book* é... instrumental. O livro é quente. O *e-book* é frio. O livro tem personalidade. O *e-book* tem identidade. Tentei migrar. Fracassei. Mas não de todo. Resolvi o dilema de um jeito estranho. Para o meio digital foram as compras de livros maçantes, lentos, que não preciso rabiscar e que não desejo emprestar. A minha biblioteca digital é esquisita. Não encontrei a embocadura adequada ainda. Serve para Ken Follet, Richard Evans (trilogia acerca do nazismo), romances históricos, tecnologia... mas não há uma coerência.

Você se adaptou aos e-books? Usa algum dispositivo especial para lê-los?

Como eu disse, em parte. Mas por culpa dos livros, não da tecnologia. Uso o *kindle* e o celular – tenho um *tablet*, que um amigo chama ora de havaiana ora de *skate*. Não dei certo com o *tablet*. E não gosto de ler no computador, *desktop* ou *notebook*.

Qual será o futuro dos livros?

Acho que não desaparecerão. Mas serão uma espécie de religião dos apegados ao papel. Uma espécie de

seita de pessoas que aprendem e que vivem com algum tipo de dependência dos livros.

Na sua trajetória de vida, de profissional do setor público, de professor, de enxadrista, em que área os livros foram/são mais importantes para você?

Na área acadêmica foram decisivos. Eu só fui fazer mestrado e doutorado porque em visitas técnicas ao exterior tive contato com bibliotecas a respeito de um campo do conhecimento que praticamente não dispunha de títulos em português. Eu vi aqueles corredores, com todos aqueles autores discutindo pelos séculos indiferentes aos vivos – uma cena transposta para o filme *Coração de tinta*. Tudo que eu queria era entrar naquelas conversas. No xadrez, desenvolveu-se uma notação universal que se pode ler em qualquer língua. No governo é complicado porque quase ninguém lê. A racionalidade não é exatamente uma virtude valorizada. Mas este é um problema do Brasil, onde as evidências, os argumentos, as histórias, as experiências internacionais e os debates contemporâneos enfrentam dificuldades de penetrar nos processos de formulação, decisão e implementação de políticas públicas. E na vida pessoal.... eles sobrevivem a perdas, relacionamentos, mudanças... enfim, são meus companheiros da viagem da vida.

Tem algum livro de estimação?

Tenho vários. Mas nada sofisticado. Livros comuns. *O Nome da rosa* (de Umberto Eco), *Os Irmãos Karamazov* (de Dostoiévski), *Criação* (de Gore Vidal), *O homem do castelo alto* (de Philip K. Dick), *O senhor das moscas* (de William Golding), *Todos os homens são mortais* (de Simone de Beauvoir), *Sobre meninos e lobos* (de Denis Lehane), *Tabloides americanos* (James Ellroy), *Os robôs do amanhecer* (Isaac Asimov) e *A insustentável leveza do ser* (de Milan Kundera). São parte de mim, de alguma maneira. Tenho por eles – e por outros que não me lembro agora – um afeto que eu mesmo não entendo. Me pego conversando com eles...

Algum livro especial, antigo ou raro?

Na última viagem à Itália com meu pai, em 1997, antes de ele morrer, trouxe uma caixa de livros da família dos séculos XVII e XVIII – tinha um do século XVI. Ninguém dava a menor bola. Dei para um casal de grandes amigos que têm muito mais competência do que eu para cuidar deles. Estão em boas mãos, sendo muito bem tratados. E eles têm pelos livros um amor e cuidado que me deixam com vergonha.

Como você organiza seus livros? Pensa em organizar uma biblioteca particular no futuro?

Eu tento organizar por temática. Mas sou um fracasso neste quesito. Acho a expressão biblioteca particular uma contradição. Uma biblioteca não é uma coisa particular, embora possa ser constituída dessa forma. Pode ter um dono por um tempo. Mas o destino dela – para ser uma biblioteca – é ser utilizada por muitos. Eu penso em organizar seu compartilhamento melhor até seu inevitável fim, que é ser doada – inteira ou em partes – para bibliotecas maiores onde possa ser acolhida.

Em uma avaliação histórica, o que mereceu ser publicado, o que não mereceu e o que mereceria ser (que assunto)?

Não tenho competência nenhuma para responder a esta pergunta. Na área acadêmica, eu acho que temos déficits brutais em certas áreas de conhecimento,

em especial na esfera das ciências sociais. O gap é intransponível e está se ampliando. Somos uma grande ilha isolada no Atlântico Sul e..., infelizmente, tenho a impressão de que esta é uma opção que não estamos ainda dispostos a rever, por motivos difíceis de explicar.

* *Presidente da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui doutorado em Ciência Política e mestrado em Políticas Públicas pela London School of Economics.*

Como escrever e publicar um livro?

Por Daniel Cariello*



Foto: Marcelo Versiani

Daniel Cariello, escritor brasileiro.

É chato começar um texto frustrando o leitor, mas sou obrigado a fazê-lo, pois não existe fórmula para escrever um livro. Há autores que redigem tudo bem rápido, o caso de Jack Kerouac e sua obra mais icônica, *On The Road* (Pé na Estrada), escrita em apenas 3 semanas. E há os que levam mais tempo, como Umberto Eco, que demorou 8 anos para terminar *O Pêndulo de Foucault*, ou Victor Hugo, 12 anos para finalizar *Os Miseráveis*. Com isso, se percebe que a qualidade de um livro não tem necessariamente a ver com o tempo que o autor dedicou à sua escrita, mas sim com o fato de ele ter uma boa história pra contar. Se você tem uma, então é hora de colocar a mão na massa. Alguns escritores trabalham bem de manhã cedo. Outros preferem as madrugadas. Encontre o horário mais adequado à sua rotina (e à sua inspiração) e dedique algumas horas, regularmente, à obra. Quando tiver acabado, envie-a a um editor ou a um leitor crítico. Eles vão ajudar a encontrar os pontos a serem retrabalhados.

Com o livro pronto, há basicamente dois caminhos: buscar uma editora, o que pode se tornar uma via-crúcis de envio de originais sem resposta, ou partir para a autopublicação. Eu optei pelo segundo e não me arrependo. Quando você mesmo se publica, tem total liberdade criativa de tema, estilo e até de detalhes como preço e capa. É mais laborioso, mas também mais recompensador. Marcel Proust e Liev Tolstói optaram pelo método. E não tinham as ferramentas de divulgação e distribuição que estão à disposição de qualquer um hoje, como redes sociais e *e-books*. E você, será que tem o talento deles? Só há uma maneira de saber: escrevendo e lançando sua obra.

* Daniel Cariello é cronista e autor dos livros *Chéri à Paris* e *Cidade dos Sonhos*, autopublicados e *best sellers* na Amazon (www.danielcariello.com.br)

Renovar é preciso

Ezequiel Marques Boaventura e Rogério Lyra

Como o Brasil avança na adoção de novas fontes de energias renováveis

Com 12% de toda água doce do Planeta e reservas de mais de 170 bilhões de barris de petróleo e gás (segundo o Instituto Nacional de Óleo e Gás (INOG), da Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)), o Brasil não precisaria pensar em outras fontes de energia, senão as já consolidadas, que se utilizam dos combustíveis fósseis. Isso dentro de uma linha de raciocínio conservadora, a qual tem como matriz energética os derivados de petróleo. Porém, até mesmo os países e as empresas que exploram essas fontes tradicionais, cada vez mais investem nas chamadas fontes renováveis de energia. Estudos da Agência Internacional de Energia (AIE) apontam que o petróleo e seus derivados deixarão de ser a base da matriz energética mundial, muito antes de todas as reservas estarem exauridas. Segundo a AIE, até 2035 haverá um aumento da ordem de 18% na participação das fontes renováveis.

Foto: Divulgação Neenergia

CAPA - Renovar é preciso

Como signatário do Acordo de Paris, na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, na 21ª sessão anual da Conferência das Partes (COP-21, *Conference of the Parties*, na sigla em inglês), o Brasil aderiu à Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (*intended Nationally determined Contribution* - INDC, na sigla em inglês), que é um conjunto de ações com as quais cada nação se compromete com metas a serem alcançadas em um prazo determinado. Dentre elas, nosso país assumiu o compromisso de aumentar o uso de fontes renováveis até 2030. Essa é uma das razões pelas quais a adoção e o fomento das energias renováveis são cada vez mais um projeto de Estado, que tem obtido avanços significativos, embora ainda pouco divulgados pela grande mídia. De acordo com o Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro (agosto de 2017), divulgado pelo Ministério de Minas e Energia, hoje, 42,3% de nossa matriz energética são compostos por fontes renováveis: recursos hídricos, biomassa, etanol e as energias eólica e solar. As usinas hidrelétricas geram mais de 65,6% de toda a energia elétrica que abastece o País. Esses números põem o Brasil como o 1º do *ranking* das nações de matriz energética de fontes renováveis. Apesar disso, podemos expandir muito mais nossa capacidade, criando políticas de fomento à adoção de práticas sustentáveis e o incentivo a empreendimentos de geração de energia limpa, que causem menos impactos ambientais.

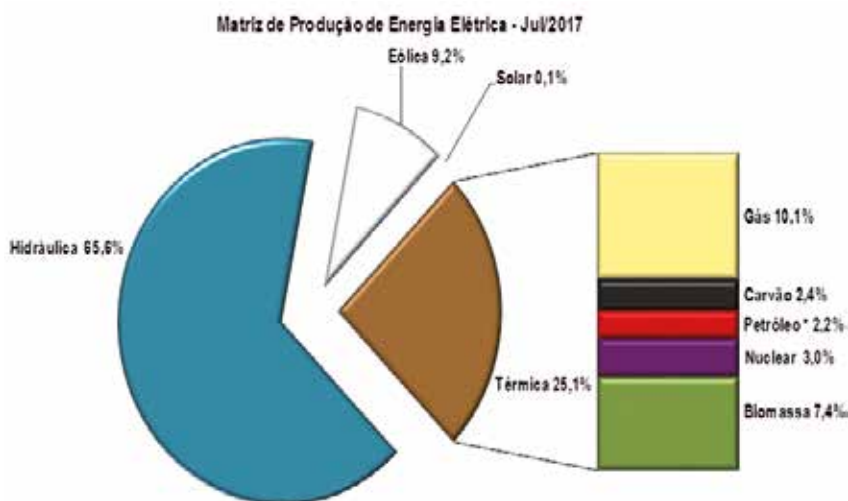


Eduardo Azevedo, do Ministério de Minas e Energia

O avanço das mudanças climáticas em escala global elevou o nível de conscientização da sociedade a respeito da urgência de serem adotadas medidas que reduzam as emissões de gases tóxicos, em sua maioria advindas da queima de combustíveis fósseis, que agredem a camada de ozônio da atmosfera e aceleram a degradação dos biomas em todo o Planeta. Por essa razão, a adoção de novas alternativas de geração de energias renováveis é uma das principais metas que os países signatários do Acordo de Paris buscam implementar. “O Brasil tem recursos que nos permitem cumprir os compromissos assumidos na COP-21 (Conferência das Partes). Nossa capacidade eólica, por exemplo, é de, atualmente, 40% de nossa matriz, enquanto que a média mundial é de 25%, 26%. Temos biomassa em grande quantidade por conta do calor e da umidade em nosso país. Biomassa, como você sabe, é qualquer fonte de origem biológica: bagaço de cana, resíduo sólido urba-

no, de saneamento”, explica Eduardo Azevedo, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Estratégico do Ministério de Minas e Energia.

Por mais incrível que possa parecer, em um país tropical, com sol o ano inteiro, no *ranking* da participação (em capacidade instalada) das energias renováveis na matriz energética brasileira, a solar, ou fotovoltaica, é a última colocada, embora esteja em primeiro, entre as que mais crescem no Brasil e no mundo. “Começamos em 2012 no País, como alternativa no mercado brasileiro. Foi quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou o chamado sistema de compensação, que permite a qualquer consumidor, seja ele da iniciativa privada, pública ou pessoa física, instalar seu *kit* de captação fotovoltaica em sua residência ou comércio. A geração de energia será então injetada na rede elétrica e o montante que não for consumido vira crédito para ser abatido em seu consumo futuro”, explica Rodrigo Sawaia, presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR). Além de regular o setor elétrico, a ANEEL investe 1% da sua receita operacional líquida, cerca de um bilhão de reais por ano, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e em projetos de eficiência energética. “Fizemos uma chamada pública estratégica, para contratar armazenamento de energia e conseguimos arrecadar projetos da ordem de 130 milhões de reais. Esses projetos vão construir plantas-pilotos, que, por sua vez, vão introduzir tecnologia no Brasil que irá facilitar a adoção das fontes renováveis”, enfatiza Tiago Barros Correia (diretor da ANEEL).



Matriz de produção de energia elétrica no Brasil
Fonte: Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro (Ministério de Minas e Energia).



Rodrigo Sawaia, presidente da Absolar

Foto: Divulgação Absolar

Com um litoral privilegiado, 7.367 km (se considerarmos as saliências e reentrâncias, a extensão de nossa costa sobe para 9.200 km) no Brasil, vento é o que não falta – a adoção da energia eólica cresce a cada dia e hoje já compõe 7,2% da matriz energética nacional. Para a captação dos ventos que as movimentarão, as hélices das turbinas eólicas são instaladas, geralmente, em regiões litorâneas, nos terrenos mais altos, especialmente no Nordeste brasileiro. Mas outras regiões do País também oferecem condições propícias à implementação de plantas de energia eólica. É o caso do Rio Grande do Sul: em Viamão, região metropolitana de Porto Alegre, foi inaugurado, em agosto deste ano, um parque eólico, com investimentos de R\$ 330 milhões, com capacidade de 59,8 megawatts de potência.

A combinação de duas fontes renováveis, também, vem sendo utilizada como opção para aumentar a oferta de energia. “Em Tacaratu, Pernambuco, temos a primeira planta híbrida, eólica e solar. A grande vantagem em relação à região, é que, no Nordeste, venta muito mais à noite e, de dia, faz bastante sol. Então, temos aí uma sinergia. Duas fontes, que podem se aproveitar da mesma infraestrutura”, enfatiza Eduardo Azevedo. Hoje, o Brasil é o maior gerador de energia eólica da América Latina. Segundo o *ranking* mundial de capacidade instalada, divulgado pelo *Global Wind Energy Council* (GWEC) – uma organização internacional especialista em energia eólica –, o Brasil expandiu 2.014 megawatts na geração dessa fonte em 2016, posicionando o País em 5º lugar (*Ranking*: 1º China, 2º EUA, 3º Alemanha, 4º Índia). Já no *ranking* do GWEC, que mede a capacidade acumulada de geração eólica, o Brasil ocupa a 9ª posição com 10.740 megawatts.

Das fontes renováveis, a que mais se caracteriza como sustentável, é a biomassa. Composta de resíduos vegetais ou de origem animal, geralmente da agropecuária, o aproveitamento da biomassa para a geração de energia tem a qualidade de aproveitar esses descartes que, do contrário, seriam depositados na natureza, aumentando o impacto ambiental, a degradação do solo, a poluição atmosférica e dos mananciais de água. Na realidade, a biomassa é uma forma indireta da solar, uma vez que é resultante da conversão da energia solar em energia química, por meio da fotossíntese, a base dos processos biológicos das plantas. Seu aproveitamento se dá por meio da combustão da matéria orgânica, em

fornos e caldeiras. Além de energia elétrica, da biomassa derivam os biocombustíveis, como o biodiesel e o etanol, substitutos dos derivados de petróleo. Em 2017, assim como no ano anterior, a biomassa ficou em segundo lugar na matriz energética.

Com a crise hídrica que assola o País, que diminui, a cada ano, o volume dos reservatórios, a adoção de fontes renováveis de energias, pelos setores público e privado, cresce, em contrapartida, não só pelo apelo ambiental, mas como uma alternativa cada vez mais viável economicamente. Para apoiar projetos, estudos e financiar empreendimentos com o objetivo de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou o Fundo Clima (Lei nº 12.114, de 9/12/2009). Vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), essa linha de crédito oferece Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP). Podem solicitar esse financiamento, estados, municípios e o Distrito Federal, entidades da administração pública indireta federal, estadual e municipal, inclusive consórcios públicos que tenham a natureza de associação pública, empresas com sede e administração no País e produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas.

Das grandes hidrelétricas às energias renováveis

Desde a inauguração da usina hidrelétrica de Marmelos – a primeira do Brasil – na cidade mineira de Juiz de Fora, em 1889, no rio Paraibuna, muitas águas rolaram nas usinas hidrelétricas brasileiras para suprir a crescente demanda de energia do País. Marco da engenharia no Brasil no século XIX, a construção da Usina de Marmelos foi uma iniciativa do industrial do ramo têxtil em Juiz de Fora, Bernardo Mascarenhas, fundador da Companhia Mineira de Eletricidade, junto com Francisco Batista de Oliveira, em 1888. O projeto nasceu da necessidade de suprir a demanda de energia das indústrias de tecidos do empresário e, também, para abastecer Juiz de Fora, que na época, usava o gás como fonte energética. Ao longo de sua história, Marmelos sofreu sucessivas expansões e conta, hoje, com uma potência instalada de 4 MW, sendo denominada como pequena central hidrelétrica, de acordo com a classificação feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Créditos: F. Soucasaux [Domínio Público], via Wikimedia Commons



Usina de Marmelos, em 1903 – Juiz de Fora (MG)

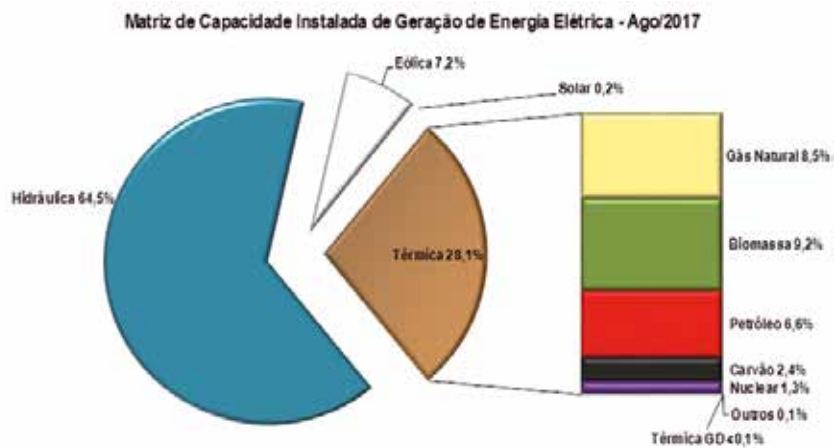
Do pioneirismo dos industriais da Zona da Mata mineira, no final do século XIX, quando a população brasileira somava 14,3 milhões de habitantes, até novembro de 2017, lá se vão 128 anos de história. “Com 208 milhões de habitantes, o Brasil tem, hoje, cerca de 80 milhões de consumidores de energia”, diz Tiago de Barros Correia, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ainda segundo Tiago, o País passa, atualmente, por uma mudança de paradigma no que diz respeito às fontes renováveis de energia, inseridas dentro da matriz energética brasileira.



Tiago de Barros Correia, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Considerada energia limpa, a usina hidrelétrica exerceu, e ainda exerce, papel de suma importância dentro do cenário de geração de energia no Brasil. Hoje, a fonte hidráulica, representa, dentro da matriz de capacidade instalada de geração de energia elétrica no País, 64,5% do total, segundo o Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, de agosto de 2017, publicado pelo Ministério de Minas e Energia. Esse dado comprova que as

CAPA - Renovar é preciso



Matriz de capacidade instalada de geração de energia elétrica do Brasil
Fonte: Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro (Ministério de Minas e Energia).

grandes usinas hidrelétricas construídas no rio São Francisco, como Três Marias, inaugurada em 1962, e o Complexo Sobradinho/Paulo Afonso/Xingó, também no São Francisco (o maior complexo hidrelétrico da região Nordeste), somadas às usinas de Itaipu, Tucuruí, e as recentes usinas de Jirau, Santo Antonio, construídas no rio Madeira, e a megasina de Belo Monte, no rio Xingu, em fase final de construção, ainda são vitais para a capacidade de geração de energia na matriz brasileira.

Sem contar as outras usinas hidrelétricas construídas nos últimos anos no Brasil, a característica marcante dessas grandes centrais como Itaipu, Tucuruí, Sobradinho, foi o represamento de áreas

as extensas nas margens dos rios, formando lagos artificiais de imensas proporções. A Usina Hidrelétrica de Itaipu (consórcio binacional Brasil-Paraguai) localizada no rio Paraná, construída entre 1975 e 1982, com geração de 14.000 MW, possui um reservatório com área alagada de 1.350 km². Tucuruí, construída entre 1974 e 1985, é considerada a maior hidrelétrica 100% brasileira. Com potência instalada de 8.370 MW, seu reservatório tem 200 km de extensão e 2.850 km² de área quando cheio. Atualmente, por questões ambientais, para evitar o desmatamento de grandes áreas e a desapropriação de terras, foi adotada a tecnologia de fio d'água, que consiste na construção de usinas com reservatórios de menor



Usina binacional de Itaipu, no rio Paraná.

Foto: International Hydropower Association (IHA) - (<http://creativecommons.org/licenses/by/2.0>), via Wikimedia Commons



Usina de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu
Foto: Betto Silva/Norte Energia

capacidade. “De uns anos para cá, foi colocado que as hidrelétricas não poderiam ter armazenamento, o que pode ter sido um erro estratégico. O Brasil, então, teve que adotar nas novas usinas a tecnologia de fio d’água, ou seja, a central tem que operar com um reservatório muito reduzido”, explica Eduardo Azevedo. Ainda de acordo com o secretário, a outra questão que impactou as usinas hidrelétricas foram as mudanças climáticas. Citou, como exemplo, na região Nordeste, o rio São Francisco, que já teve uma vazão de 2.400 metros por segundo, e hoje tem alguma coisa por volta de 500, 550 metros por segundo. “A capacidade de gerar energia neste rio diminuiu muito”, ressaltou.

Como exemplo de usina a fio d’água, temos hoje, no Brasil, a megausina de Belo Monte, que está sendo construída no rio Xingu, a qual, depois de totalmente concluída, por volta de 2019, terá potência instalada de 11.233 MW. Seu reservatório, no entanto, ocupará uma área de 516 km², bem menor que outros lagos das grandes usinas hidrelétricas construídas nos anos 1970 e 1980. A usina de Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas (20.300 MW) e de Itaipu (14.000 MW).



Casa de Força da Usina de Belo Monte
Foto: Betto Silva/Norte Energia

Principais fontes de energias renováveis e suas consequências ambientais

Foto: Pixabay – Domínio público – CCO



Bagaço de cana-de-açúcar

Energia de biomassa – pode ser usada como combustível (por exemplo, o álcool), ou como geradora de energia elétrica, a partir da decomposição de matéria orgânica em biodigestores ou caldeiras. A decomposição gera gás e vapor, que acionam uma turbina que move um gerador. A energia produzida por biodigestores pode fornecer calor, energia elétrica e gás metano. Sua aplicação pode ser usada em larga escala, mas exige altos investimentos.

Foto: Divulgação Neoenergia



Parque eólico Calango, no município de Bodó (RN)

Energia eólica – apresenta grandes vantagens: não necessita ser implantada em áreas de produção de alimentos, não contribui para o efeito estufa e pode ser aplicada para a geração de energia elétrica. Seu funcionamento é simples: pás de hélices gigantes captam o vento acionando uma turbina ligada a um gerador elétrico. Mas para se usar esse tipo de energia são necessários grandes investimentos para sua transmissão. Os moinhos podem causar poluição sonora e interferir em transmissões de rádio e TV.



Planta de energia solar em Fernando de Noronha (PE)

Energia solar – o aprimoramento das técnicas de captação de energia solar pode transformá-la em opção preferencial das próximas décadas. Apresenta um vasto leque de vantagens: não é poluente, é renovável, não influencia o efeito estufa e não precisa de geradores ou turbinas para a produção de energia elétrica. É obtida por placas recobertas de material semicondutor, como o silício. A luz solar excita os elétrons de silício, que formam uma corrente de energia elétrica. O único problema da energia solar é o seu aproveitamento: a tecnologia das células fotossensíveis ainda é muito cara, embora possa ser barateada com o passar do tempo.

Foto: Divulgação Hidrelétrica Teles Pires



Usina Hidrelétrica Teles Pires, na fronteira entre os estados do Pará e Mato Grosso.

Energia hidrelétrica – considerada uma energia limpa, porque não emite poluentes e não influencia o efeito estufa. É produzida por uma turbina movida pela energia liberada de uma grande queda d'água, que aciona um gerador produtor de energia elétrica. Apresenta dois grandes inconvenientes: o impacto ambiental provocado pelas barragens, que inundam grandes áreas, deslocando populações, o tempo e os vultosos recursos que são necessários para a sua construção. Por outro lado, o Sistema Interligado Nacional (SIN), do qual faz parte essa fonte (conectada com as termelétricas), permite manter a estabilidade no fornecimento de energia em todo o País.

Você já ouviu falar de Certificação Digital **ICP-Brasil**?

Gastão José de Oliveira Ramos
Diretor-presidente do ITI

O governo brasileiro caminha para a total digitalização de seus serviços. Desde obter informações até receber um benefício, o cidadão poderá, muito em breve, utilizar sistemas *online* e, assim, agilizar o seu atendimento. É claro que para saber a respeito do horário de funcionamento, das regras de programas sociais ou dos cronogramas de políticas públicas não se exige qualquer identificação do internauta. Já para outras situações como mudanças cadastrais, concessão de benefícios sociais ou emissão de documentos oficiais, o governo precisa saber que do outro lado da tela do computador a pessoa é, de fato, quem ela informa ser. Para não haver dúvidas, a administração pública lança mão da Certificação Digital ICP-Brasil.



Mas, o que é a certificação digital ICP-Brasil?

Foto: Divulgação/ITI



Gastão José de Oliveira Ramos
Diretor-presidente do Instituto de
Tecnologia da Informação - ITI

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil é o conjunto de entidades públicas e privadas, chamadas de Autoridades Certificadoras, que realizam a emissão de certificados digitais no País. Na ponta dessa infraestrutura está o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República e Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil. Cabe ao ITI credenciar e fiscalizar essas Autoridades Certificadoras, além de executar todas as políticas de certificação definidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Para atender à demanda, as Autoridades Certificadoras possuem unidades de atendimento, chamadas de Autoridades de Registro. Quan-

do alguém precisa emitir um Certificado Digital ICP-Brasil, deve ir a uma dessas unidades e apresentar os documentos pessoais, além de fornecer dados biométricos (impressões digitais e fotografia). Neste momento, a Autoridade de Registro verifica a autenticidade das informações prestadas e as associa a um par de chaves criptográficas, gerando o certificado digital.

Estamos falando de um documento eletrônico que personifica pessoas e empresas na rede mundial de computadores. Graças ao disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, todos os atos praticados com ele possuem validade jurídica. A certificação digital viabiliza grandes iniciativas de governo eletrônico. São transações feitas de forma virtual, ou seja, sem a presença física do interessado, mas que demandam identificação clara da pessoa que a está realizando pela internet. Se o governo pode ter a certeza das identidades dos internautas, ele pode desburocratizar uma série de processos na administração pública.

Há uma série de iniciativas que já fazem uso do certificado digital: FGTS, Compensação de Cheques por imagem, Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP), Processo Judicial Eletrônico (PJE), Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), Registro de Programas de Computador no INPI, Serviço Eletrônico de Informações (SEI), Sistema de Concessão de Diárias e Passa-

gens (SCDP), Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC), e-Social, Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Simples Nacional, Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), Passaporte Eletrônico, entre muitos outros.

Uma das mais recentes iniciativas de modernização dos serviços governamentais é a Carteira Nacional de Habilitação (CNH-e). Até fevereiro de 2018, todos os condutores brasileiros poderão ter uma versão de sua CNH no *smartphone*. Funcionará assim: o motorista acessa o portal de serviços do Detran de seu estado e solicita sua CNH-e. Essa solicitação ocorrerá totalmente *online* e deverá ser assinada com Certificado ICP-Brasil. O que garante ao Detran a autenticidade, a confiabilidade e a integridade das informações trafegadas é a tecnologia da Certificação Digital ICP-Brasil.

Para encerrar, destaco que o governo vai massificar a certificação digital no Brasil e começará pelos seus servidores. Em julho de 2016, o Comitê Gestor da ICP-Brasil aprovou sistemática própria para emissão de certificados ICP-Brasil para servidores públicos da ativa e militares da União. Com o feito, cada profissional terá um certificado que servirá para tarefas administrativas e para melhor prestar serviços públicos à população.



1838
—
2018



GESTÃO PRESERVAÇÃO CIDADANIA

Órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal, o Arquivo Nacional, há quase 180 anos, promove a gestão, preserva e garante o acesso ao patrimônio documental brasileiro, proporcionando transparência e cidadania.

www.an.gov.br

Praça da República, 173, Centro - Rio de Janeiro (RJ)
Setor de Indústrias Gráficas, s/n SIG
Quadra 06 Lote 800 - Brasília (DF)

hiperideias

Grandes dados: a onipresença da informação

Cristóvão Melo e Letícia Helen

Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios dos cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. (Jorge Luís Borges)



Imagem: Pixabay – Domínio Público CC0



Imagem: Pixabay – Domínio Público CC0

A interação humana nas redes sociais é fonte inesgotável de informações não estruturadas

O escritor argentino Jorge Luís Borges criou dois contos de realidade fantástica, a respeito da representação simbólica de uma coisa real e da memória humana: *Do rigor na ciência* e *Funes, o memorioso*. No primeiro, Borges anuncia a inutilidade de uma representação que deixa de ser analogia para se equivaler ao objeto representado, ou seja, um mapa do mesmo tamanho do território o qual representa. No segundo, Borges relata a extraordinária história de Funes, um homem que, desde cedo, tinha uma descomunal capacidade de lembrar-se de tudo o que acontecia em sua vida: diálogos, cheiros, pensamentos, leituras, sensações etc. Chegava ao cúmulo de passar um dia inteiro lembrando todas as coisas que se sucederam em um dia anterior. De tanto entregar-se ao exercício de recordar o que estava gravado em sua memória, Funes já não conseguia mais pensar, quer dizer: generalizar ou abstrair.

Os impressionantes contos de Borges tinham como referência um mundo analógico, em que o registro de todos os lugares e todos os instantes era impossível. Ainda é? Por quanto tempo? Essa é a pergunta que se coloca nos dias atuais, no fim da segunda década do Século XXI. Quando pensamos nas representações gigantescas armazenadas em linguagem binária, como os mapas dos aplicativos de localização, gerados pelas centenas de satélites que orbitam a Terra, concluímos que o mapa descrito por Borges já existe, não sobrepondo o território ao qual corresponde, mas, armazenado em milhares de supercomputadores, virtualizando e agregando informação a cada centímetro de nosso planeta.

Da mesma forma, a prodigiosa memória de Funes já não é tão irreal, em termos tecnológicos. Basta pensar a quantidade de dados e informações gerados por uma pessoa desde o momento em que nasce até a hora de sua morte. É estarrecedor imaginar que o mapa impossível de Borges já não é mais feito de matéria palpável e que a memória de Funes não precise estar estocada em seu cérebro humano.

No contexto da revolução digital em que a humanidade está embrenhada, desde as últimas décadas do último milênio, quando quase todas as ações das pessoas geram informação digitalizada, ou que pode vir a sê-la, a energia to-

talizante desse multiverso de dados nos faz ter a pretensão, não só de produzir memórias infinitas e mapas em tamanho real, como os de Borges, mas de controlá-los, fazê-los úteis e direcionar o futuro a partir do domínio desse conhecimento. E somos nós mesmos que contribuímos, a cada instante, para a profusão de significados em busca de interpretação, quando utilizamos computadores, celulares ou qualquer outro dispositivo ligado à Internet, em que produzimos e fornecemos dados a respeito de hábitos de consumo, de comportamento em geral, de preferências, de opiniões políticas e de um sem-número de informações de cunho pessoal.

As características do Big Data e suas aplicações

Não é intrigante imaginar que exista uma tecnologia capaz de registrar, processar e indicar resultados a partir de uma quantidade incomensurável de dados gerados pelos bilhões de pessoas que habitam nosso planeta? Pois essa tecnologia existe. Chama-se *Big Data*, expressão em língua inglesa que significa, literalmente, grandes dados e que é utilizada para designar agrupamentos de dados complexos e muito grandes, não processáveis por aplicativos tradicionais. Também se refere a um conjunto de ferramentas, técnicas e equipamentos, capazes de lidar com uma enorme quantidade de informações não estruturadas.

Os teóricos da Tecnologia da Informação (TI) estabeleceram que o *Big Data* baseia-se nas seguintes características: velocidade, volume, variedade, veracidade e valor. A velocidade pode ser entendida pela necessidade de lidar com a criação, captura e processamento de dados em tempo real, para que a informação produzida tenha valor. O volume é autoexplicativo, no sentido de que geramos *petabytes* de informação todos os dias. A variedade está na origem estruturada e não estruturada dos dados. A veracidade advém da autenticidade da informação a ser processada. Por fim, o valor é o retorno que a organização que trabalha com *Big Data* almeja obter.

Para entender o que significa informação não estruturada, é preciso falar de um tipo de solução tecnológica dominante nos anos 2000, que supriu a necessidade das grandes corporações de organizar seus bancos de dados com informações a respeito de seus clientes, fornecedores e concorrentes. Tal tecnologia ficou conhecida

pelo nome de BI, do inglês, *Business Intelligence*, que consiste na organização de dados estruturados que são, basicamente, planilhas que precisam ser relacionadas por metadados comuns. Por exemplo, em uma carteira de clientes de um comércio varejista, registrada em uma tabela, provavelmente haverá uma coluna indicando os produtos comprados pelo cliente, que pode ser relacionada com uma coluna de uma planilha de fornecedores. A ideia por trás do BI é extrair informações que possam ajudar a organização, neste caso um varejista, a tomar decisões que podem aumentar sua margem de lucro, atender melhor as necessidades do cliente, diminuir o tempo de entrega do produto, entre outras ações de natureza administrativa e gerencial. Ou seja, o BI trabalha com informações em forma de matriz, estruturadas.

Big Data, por sua vez, reúne um conjunto de ferramentas que são capazes de processar informações que se encontram em bancos de dados diferentes, em *e-mails*, em redes sociais etc., inclusive, informações que ultrapassam a natureza textual, como imagens e localizações de GPS. No jargão do *Big Data*, chama-se de *Lago de Dados* o repositório em que estarão disponíveis para processamento e pesquisa as diversas fontes de informação que a organização utilizará em suas análises.

De todas as maneiras, o B.I. e o *Big Data* têm em comum a pretensão de melhorar a capacidade de tomada de decisão por parte das corporações e instituições de governo. A importância do *Big Data* não está na quantidade de dados existentes, mas naquilo que pode ser feito com eles. Os poderosos *softwares* de análise (*Big Data Analytics*) permitem analisar dados



Ilustração: Lago de Dados

Colagem de imagens por Cristóvão de Melo (Fonte: Pixabay)

para encontrar respostas que propiciam às empresas: redução de custos, redução de tempo, desenvolvimento de novos produtos e ofertas otimizadas, enfim, toda uma gama de processos, nos quais se pode incrementar a eficiência.

Em um mundo empresarial cada vez mais competitivo, fazer as escolhas corretas pode ser a diferença entre prosperar e desaparecer. Para fazer isso, em uma realidade em que a sociedade produz, a cada ano, um volume imenso de informações, as soluções de processamento de dados estruturados são insuficientes.

Imagem: Pixabay – Domínio Público CC0



Para se ter uma ideia, estima-se que todos os dias sejam produzidos 2,5 quintilhões de bytes, o equivalente a 10 milhões de discos blu-ray que, se empilhados, teriam 1.200 metros de altura, uma vez e meia a altura do maior edifício do mundo, o Burj Khalifa, em Dubai.

Edifício Burj Khalifa, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos: 829,8 metros de altura

A revolução digital, que possibilitou a conversão de todo e qualquer tipo de informação em *bits* e *bytes*, foi exponencialmente reforçada com o advento da Internet. Mas as possibilidades de compartilhamento e acesso à informação não pararam por aí. Os chamados *smartphones* tiveram uma aceitação tão rápida na sociedade que tornaram obsoletos dispositivos que há uma década eram a vanguarda tecnológica, como as câmeras fotográficas digitais e os *palm-tops*. Esses aparelhos, associados à febre das redes sociais, incentivaram os usuários não apenas a produzir, mas, também, a compartilhar e replicar fotos, vídeos, músicas, textos, geolocalizações e um sem-número de dados, o que faz com que a quantidade de informação acumulada dobre a cada um ano e meio. Ou seja, em um intervalo de 18 meses, produz-se a mesma quantidade de dados já gerados pela humanidade em todos os tempos. E o mais surpreendente é que 90% dos dados existentes no mundo foram criados nos últimos três anos.

Mas não só o comportamento das pessoas e a atividade das empresas passaram a produzir mais *bits* e *bytes*. A chamada Internet das Coisas (*IoT* – *Internet of Things*, na sigla em inglês) em que os dispositivos conectados geram e trocam informações, também alimenta esse repositório gigantesco de dados. O aumento ininterrupto de aparelhos móveis conectados à Internet, sensores e aparatos que geram dados, aplicações dedicadas ao entretenimento e serviços, como jogos online, redes sociais e *home banking*, cria um oceano de possibilidades para a exploração de informações e elaboração de dados. Cada vez mais, se necessitam de sistemas mais poderosos de processamento e formas alternativas de lidar com toda essa gama de informações.

Quase todos os ramos da atividade humana são passíveis de utilização de ferramentas de análise de *Big Data*. Do comércio varejista à saúde pública. Do sistema de transportes de uma cidade à agricultura mecanizada. Da astronomia à biologia. Da educação fundamental à política. Do turismo à logística. Da segurança pública ao estudo das marés. Depreende-se, dessa constatação, que suas aplicações científicas e organizacionais podem ser benéficas, no longo prazo, a toda a civilização. Mas e o seu mau uso?

Big Data vigilância global e espionagem

Em 2013, Edward Snowden, um ex-funcionário da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA, *National Security Agency*, na sigla em inglês –, revelou ao mundo o *modus operandi* do sistema de vigilância global, implantado por aquele órgão, que monitora as ligações telefônicas e as transmissões de Internet de cidadãos norte-americanos e de outros países.

Entrevista com Symball Rufino, Coordenador de Tecnologia da Informação da Imprensa Nacional

Foto: Ezequiel Boaventura



Symball Rufino,
Coordenador de
Tecnologia da Informação
da Imprensa Nacional

A Imprensa Nacional é o órgão responsável por receber, processar, publicar e guardar as informações referentes aos atos oficiais do Estado brasileiro. Uma boa parte dessa informação já está digitalizada, inclusive um grande volume anterior à versão digital do Diário Oficial da União (DOU) ter validade jurídica por meio de certificação digital. De que forma a IN pode se beneficiar pela aplicação de ferramentas de Big Data a seu acervo informacional?

A aplicação da ferramenta Big Data na Imprensa Nacional tem potencial para trazer muitas vantagens, entre elas, está a capacidade de realizar, em poucos segundos, a análise de grande volume de dados. Também é possível realizar análise utilizando dados estruturados (formato atualizado do DOU) e não estruturados (formato PDF do DOU). Dessa forma, todo o acervo de dados de atos oficiais existente na IN poderá ser analisado pela solução Big Data.

Além das informações oficiais processadas pela IN na produção do DOU, que outros bancos de dados de informação poderiam compor o acervo a ser explorado pelo Big Data da IN?

Tudo depende do perfil de análise de dados desejado pela Direção-Geral da Imprensa Nacional, mas podemos acreditar que informações a respeito do faturamento de matérias publicadas no DOU, informações acerca do perfil de acesso dos usuários do Portal da Imprensa Nacional, informações acerca dos contratos administrativos, informações acerca do Orçamento sejam outras informações que possam ser exploradas pela solução de Big Data.

Que produtos ou serviços específicos poderiam ser elaborados na IN a partir de decisões tomadas pelo uso do Big Data? Como a sociedade pode ser beneficiada no curto, médio e longo prazo?

Como vantagens específicas do uso da solução Big Data está a capacidade de melhorar o atendimento ao cidadão, apresentando análise dos atos oficiais que traga conhecimento a respeito, por exemplo, do perfil (formação, vínculo institucional, etnia, sexo) das pessoas que assumem cargos comissionados na gestão de um determinado governo; aderência entre as contratações realizadas por um órgão do governo e o planejamento orçamentário daquele órgão; conhecer o histórico de atos (leis, decretos, portarias etc.) que foram publicados no DOU; permitir a órgãos de controle que tenham conhecimento dos preços contratados pelos órgãos de governo para o mesmo objeto em diferentes contratos; entre outras informações.

Segundo Snowden, a NSA também desenvolveu dispositivos físicos (*hardware*) e *softwares* para captura de informação. A agência vale-se de parceria com empresas de informação e de redes de vigilância e espionagem estabelecidas entre países parceiros. Os documentos revelados por Snowden mostraram que tais sistemas de vigilância foram utilizados em espionagem industrial e interesses geopolíticos. Toda uma rede de satélites, centros de processamento de informações, interceptações de transmissões em cabos de fibra ótica e de ondas de rádio, fazem parte deste sofisticado e poderoso sistema de vigilância da NSA. Snowden, hoje exilado na Rússia, é acusado de alta traição por espionagem, roubo e transferência de propriedade do governo dos EUA.



Edward Snowden, participa de videoconferência em evento da Liga Internacional pelos Direitos Humanos, em 2014

Créditos: Michael F. Mehnert (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>), via Wikimedia Commons

A história de Snowden foi contada, em documentário, pela cineasta Laura Poitras, em 2014, e, em um longa-metragem, pelo diretor Oliver Stone em 2015. Com riqueza de detalhes, ambos os filmes mostram a utilização, pela NSA, de ferramentas de *Big Data* aplicadas às redes sociais para obter todo e qualquer tipo de informação do alvo definido, seja um indivíduo ou a população inteira de um país. Não somente isso, as informações entregues por Snowden aos jornais *The Guardian*, do Reino Unido, e *The Washington Post*, dos EUA, davam conta de que os trabalhos da NSA iam muito além de monitoramento com vistas ao combate ao terrorismo, justificativa dada por John Kerry, então secretário de Estado dos EUA, quando o caso veio à tona. Além de terem causado revolta pela invasão de privacidade dos próprios cidadãos dos EUA, os documentos mostraram a prática de espionagem das comunicações de líderes e empresas estrangeiros.

Especula-se que as ferramentas de análise de *Big Data* sejam utilizadas para elaborar ações de *marketing* político, fomentar movimentos de massa e, até mesmo, produzir notícias falsas (*Fake News*) e campanhas difamatórias de larga escala com fins eleitorais. A chamada Primavera Árabe, ocorrida entre 2010 e 2012, conjunto de protestos e manifestações que culminou com a derrubada de regimes, mudanças políticas e guerras civis, nos países da África Saariana e do Oriente Médio, e na Somália, só foi possível acontecer pelo uso intensivo das redes sociais pelos participantes e, talvez, pela aplicação de inteligência de manipulação de grandes dados com o intuito de mobilizar as massas.



Foto: SO De Araújo

Reunião de Avaliação de Procedimentos de Segurança Cibernética para a APF na Presidência da República

Como o Brasil exerce a defesa cibernética de suas instituições

Perguntas respondidas à *Revista Imprensa Nacional: Novos Rumos da Comunicação Pública* pela Assessoria de Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República a respeito do tema da segurança cibernética.

Em que consiste o trabalho do GSI, no que tange à defesa cibernética do Brasil?

Dentre suas competências, cabe ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR) coordenar as atividades de segurança da informação e comunicações, sendo que esta missão é conduzida pelo Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), pertencente à Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS). Essa competência consiste em:

- formular e implementar políticas públicas voltadas à segurança da informação;
- articulação entre os governos federal, estaduais, distrital e municipais, Poderes Legislativo e Judiciário e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes e na execução de ações e programas nas áreas de segurança da informação;
- coordenar as ações de segurança cibernética e de proteção de dados;
- manter o Centro de Coordenação de Tratamento e Resposta a Incidentes ocorridos nas redes de computadores da Administração Pública Federal (APF); e
- exercer, por meio do Núcleo de Segurança e Credenciamento, na qualidade de Órgão de Registro Central, atividades relacionadas ao credenciamento de segurança e ao tratamento de informação sigilosa.

Essa competência difere do conceito de Defesa Cibernética, uma vez que esta possui características de proteção da soberania do Estado. Tal atividade foi designada ao Ministério da Defesa, por meio da Estratégia Nacional de Defesa, no âmbito do Exército Brasileiro. Os encargos de defesa cibernética foram iniciados pelo Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), em 2012, e repassados ao Comando de Defesa Cibernética (Com D Ciber) em 2017, em razão de sua criação, contando com civis e militares das três Forças no cumprimento da missão constitucional de Defesa do Espaço Cibernético.

Quais os principais tipos de ataques cibernéticos já sofridos pelo Brasil, pelas instituições de Estado, empresa e cidadãos?

O DSIC possui, em sua estrutura, o Centro de Tratamento de Incidentes em Redes do Governo (CTIR Gov). Sua finalidade é o atendimento e o tratamento dos incidentes em redes do Governo (domínios gov.br e, por cooperação, os domínios jus.br, leg.br, mil.br, mp.br e def.br).

Entretanto, o CTIR Gov somente possui as informações de incidentes cibernéticos ocorridos nas instituições de Estado, com foco na APF. Os dados sobre incidentes cibernéticos com empresas e cidadãos são de responsabilidade do CERT.br, pertencente ao NIC.br.

Em relação aos principais tipos de incidentes cibernéticos ocorridos no âmbito das instituições estatais, podemos elencar, na ordem: abuso de sítio, *e-mail de phishing*, indisponibilidade de sítio, página falsa e abuso de *Simple Mail Transfer Protocol* (SMTP).

Como o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC) poderá mudar o cenário atual da defesa cibernética?

O satélite, que opera sob a supervisão da Telebrás e do Ministério da Defesa, em se tratando de uma infraestrutura do Governo Federal, possibilitará a disponibilização de mais um canal seguro para comunicações oficiais governamentais, dentre elas as comunicações de defesa, aprimorando os aspectos de segurança.

O GSI utiliza ferramentas de Big Data como instrumento de defesa? Como?

O GSI não utiliza ferramenta de Big Data para esse fim, apenas realiza buscas em fontes abertas com o objetivo de obter informações que permitam a realização de processos analíticos que levem à identificação de tendências de ataques cibernéticos.

Que recomendações poderiam ser feitas ao cidadão comum no ambiente digital de nossos dias?

Dentre as principais recomendações aos cidadãos, podemos citar a necessidade de elevar a consciência em relação à segurança no uso de dispositivos tecnológicos, uma vez que as ameaças e mecanismos maliciosos apresentam-se cada vez mais sofisticados, exigindo maior cautela e conhecimento por parte dos usuários em relação a sistemas e dispositivos.

Ressalta-se, também, a importância de preservar as informações pessoais, evitando o repasse a sítios desconhecidos ou que não possuam infraestrutura confiável para o armazenamento de tais informações.

Sobretudo, é essencial ter atenção com o uso de dispositivos digitais por parte de crianças e jovens, proporcionando o uso seguro e ético da informação em dispositivos e serviços de Internet de modo a preservá-los de ameaças e de indivíduos mal intencionados.

REPORTAGEM ESPECIAL

Arquivos Abertos

TRILHAS DE IMIGRANTES NO BRASIL

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Nesta terceira e última matéria da série Arquivos Abertos, revelamos as particularidades do Fundo do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (SPMAF), recolhido à Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília (Coreg). Também chamado de Registro de Estrangeiros, o Fundo abrange o período de 1939 a 1987, com o fichário da chegada de imigrantes ao Brasil pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os registros das regiões Sul e Sudeste encontram-se na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.



Foto: Lisandra Nascimento

O SPMAF ocupa 409 metros lineares de documentos

Diferentemente de outros fundos do Arquivo Nacional, como os da ditadura militar e o de Objetos Voadores Não Identificados (OVNIs), o SPMAF é um fundo fechado. Ou seja, seu acervo é formado exclusivamente por registros de estrangeiros desembarcados no Brasil entre os anos da 1ª Era Vargas à chamada Nova República, mais precisamente de 1939 a 1987. Nele não se incorporam mais documentos. Mas nem por isso é menos pesquisado. Pelo contrário.

É o segundo mais procurado na base de documentos da Coreg, atrás apenas do fundo da ditadura militar e à frente do fundo OVNIs. Seu acervo ocupa 409 metros lineares de documentos no andar térreo da Coreg. Remonta ao Registro Nacional de Estrangeiros, também conhecido como “Modelo 19”, instituído, de forma obrigatória, em 1938, durante o Governo Getúlio Vargas, para to-

dos os estrangeiros com menos de 60 anos residentes no País. Essa massa documental logo estará disponível no sítio do Arquivo. A digitalização começou pelos estados com número menor de registros.

Outra singularidade: o SPMAF é demandado em 99% dos casos por parentes de estrangeiros interessados em montar sua árvore genealógica ou em adquirir segunda cidadania. Hoje, o acesso é livre, mas, no passado, exigia-se a comprovação de parentesco como condicionante para manusear as fichas de procedência, nome do formulário com os dados pessoais do estrangeiro.

O atendimento ocorre mais a distância — quase sempre por e-mail — que presencial, embora no dia em que a reportagem de *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública* colhia os dados dessa matéria, uma pessoa te-

nha ido à Coreg à procura de dados do avô paterno, que teria desembarcado no Maranhão, conforme relato da líder de Acesso e Difusão Documental, Rita de Cássia Pereira Soares.

Foto: Lisandra Nascimento



Rita de Cássia e Deisy Silva comentam as origens do SPMAF

O fato de o SPMAF ser um fundo fechado não significa a inexistência de informações de estrangeiros em outros órgãos. “Na administração pública federal, os fundos se complementam”, explica a sublíder Deisy Silva. O Ministério da Justiça, por exemplo, transferiu o fundo de naturalização de estrangeiros para o Arquivo Nacional, com documentos do período de 1960 a 1974. No caso de transferência, o Arquivo Nacional apenas guarda os documentos. Nesta situação, a pesquisa só avança mediante autorização do órgão proprietário do acervo. Somente quando os documentos são recolhidos, o Arquivo Nacional assume o comando do fundo integralmente.

A equipe liderada por Rita de Cássia compõe-se de cinco sublíderes, responsáveis pelo atendimento aos interessados em informações nos fundos de pesquisa. O requisito mínimo para a pesquisa no SPMAF é o nome completo do estrangeiro, sua filiação e a cidade e o estado onde teria sido feito o registro. Munido desses dados, um membro da equipe dirige-se

Foto: Lisandra Nascimento



Documento do português Antonio Lopes de Carvalho

ao depósito do SPMAF, localiza o armário, a gaveta do estado informado e, dentro desta, a ficha de procedência, armazenada por ordem alfabética.

No mesmo depósito, o número da ficha remete às pastas em que se acondicionam os prontuários do estrangeiro. Nas subpastas, os documentos são protegidos em jaquetas, espécie de sobrecapas. Se o atendimento for presencial, o interessado deve aguardar na Sala de Consulta. Lá, segue regras estritas de manuseio de documentos, como deixar a pasta sem-

pre na posição horizontal. É variável a quantidade de documentos arquivados, podendo-se encontrar fotos e carteira de identidade do país de origem, passaporte, atestado de óbito, dentre outros. O Arquivo Nacional exige um cadastramento prévio, incluindo a assinatura de um termo de responsabilidade, com foto.

Na jaqueta do comerciante português Antônio Lopes de Carvalho, por exemplo, seu registro nº 623 aponta que ele desembarcou do navio "Amasonense", no Porto de Belém, Pará, em novembro de

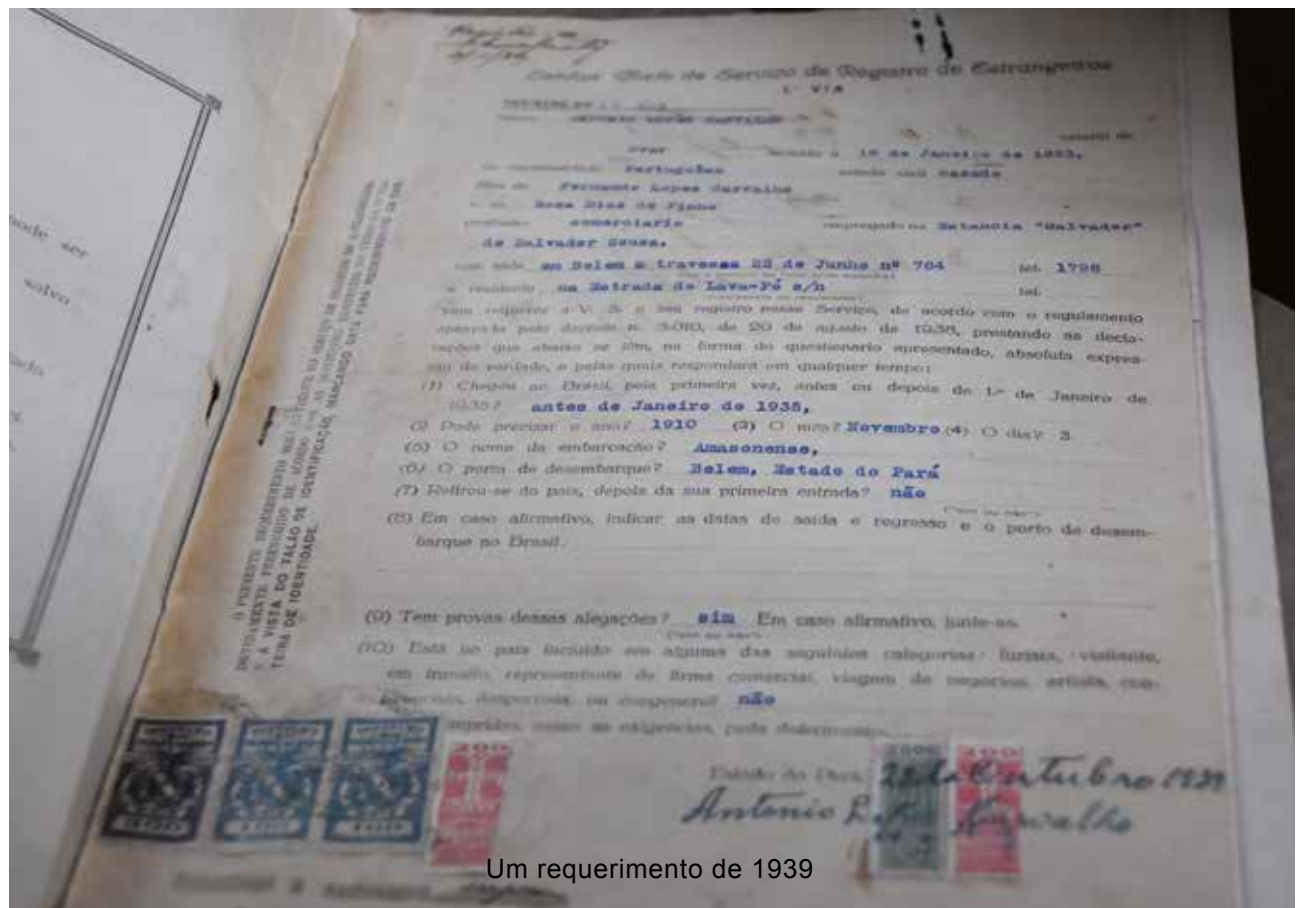
1910, e que não saía do Brasil até a data do seu comparecimento ao então Serviço de Registro de Estrangeiros, em 28 de outubro de 1939. O registro 10.074 do engenheiro americano William Marshall Ashton indica o Hotel Guararapes como sua residência, e o Cottonificio da Torre, como local de trabalho, ambos em Recife.

Outros portos

Nos pedidos a distância, o mais prático é acessar a base de dados do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian) — <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Como informa o site do Arquivo, o usuário deve procurar pela documentação dos órgãos federais responsáveis pelo controle da entrada de estrangeiros no Brasil, o Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – código BS (para o Porto de Santos) e a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – código OL (para os demais portos). Pela base de dados do Sian, o Arquivo Nacional fornece informações mais específicas a respeito do conteúdo, por estado, do SPMAF.

Nesse último, deve-se localizar o porto de chegada e verificar uma lista com os nomes dos navios, dos locais de partida e o ano de chegada das embarcações. Para o Porto do Rio de Janeiro e para o Porto de Santos até 1934, é possível visualizar, na própria base de dados, as listas de desembarque digitalizadas e procurar nelas o nome do antepassado.

O Arquivo Nacional emite gratuitamente a certidão de desembarque do estrangeiro, que pode ser solicitada tanto ao Setor de Atendimento Presencial quan-



Um requerimento de 1939

Foto: Lisandra Nascimento



Porto de Santos em 1870

Créditos: Marc Ferrez (Domínio Público), via Wikimedia Commons

to ao Setor de Atendimento a Distância. Para requerer essa certidão, é necessário informar o porto de entrada, o nome do navio, a data de desembarque, o nome do estrangeiro, o número da página e o número de ordem onde se encontra o estrangeiro na lista.

Uma segunda opção de pesquisa para localizar informações a respeito de estrangeiros é a base de dados Entrada de Estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro — http://bases.an.gov.br/rvbn-des/Menu_Externo/ —, com informações abrangendo o período de 1875 a 1910. Nela, o consulente pode fazer buscas pelo nome do imigrante, nome do navio, data de entrada, nacionalidade, nível de instrução, religião, profissão, estado civil, local de procedência e local de destino do imigrante no Brasil. Caso a escolha das Relações de Passageiros recaia sobre o Porto do Rio de Janeiro é porque aquele porto foi, na primeira fase da grande leva de imigração (de 1875 a 1910), a principal porta de entrada de imigrantes.

No *site* do Arquivo Nacional, é possível, ainda, resgatar informações acerca da entrada de estrangeiros, tais como lista de vapores e hospedarias utilizadas pelos imigrantes durante a chegada ao Brasil.

Nova lei de imigrantes

Em recente artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, a advogada Diana Quintas comenta a Lei nº 13.445, publicada em maio passado, com vigência a partir deste mês de novembro, e já conhecida como a nova lei da migração. Diana Quintas é sócia da Fragomen Brasil, maior e mais antiga empresa americana de imigração do mundo, presente em 170 países. No artigo, ela cita que, no Brasil, o número de imigrantes no trabalho formal aumentou 131% entre 2010 e

2015. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, revelados por ela no artigo, “mais de 240 milhões de pessoas estavam fora do Estado de origem em 2015, por motivos políticos, econômicos ou culturais”.

À **Imprensa Nacional – Novos rumos da comunicação pública**, ela explicou que a Fragomen lida na área de imigração para trabalho de grandes empresas que se estabelecem no Brasil e precisam enviar seus executivos e técnicos em geral para cá. Mas, também, apoia refugiados, reconhecidos como um dos valores da empresa.

Diana Quintas aponta o Canadá e a Austrália como países extremamente abertos para imigração, mas que equilibram abertura com controle para estabelecer transparência nas áreas trabalhista, previdenciária e fiscal. “Vejo como grande avanço essa nova lei no que tange a direitos e garantias de refugiados ou trabalhadores. É uma lei mais aberta, mais flexível, menos burocrática e, principalmente, com um não à xenofobia. Essa é a grande inovação, digamos assim, grande pioneirismo dessa lei comparada ao Estatuto do Estrangeiro, que era muito atrelado ao regime militar”.

Numa analogia da questão imigratória com pontes e muros, ela comenta que a política imigratória americana é bastante questionada. “Nós somos muito a favor da abertura imigratória, obviamente desde que não fragilize o país que está recebendo. Diferente dos Estados Unidos, nós comemoramos a construção de uma ponte, que é essa abertura da nova lei de imigrantes”. Entretanto, alerta para não se esquecer que não basta construir uma ponte e não colocar o asfalto necessário para as pessoas trafegarem com segurança jurídica.

Outros endereços para pesquisa e localização de estrangeiros:

Página de pesquisa de registros históricos familiares:

- <https://familysearch.org/search>

Registro de imigrantes em Minas Gerais entre 1888 e 1901:

- <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantes/search.php>

Registros de entrada de imigrantes em São Paulo (pessoas que desembarcaram no Porto de Santos, ou que entraram na Hospedaria de Imigrantes entre 1887 e 1978, ou que foram registradas nos órgãos de fiscalização de estrangeiros em São Paulo entre os anos de 1939 e 1984):

- <http://200.144.6.120/memoriaimigrante/>

Listas de emigrantes oriundos de Bremen, Alemanha, entre 1832 e 1939:

- <http://212.227.236.244/passagierlisten/index.php?lang=de>

CISEI- Centro Internacional de Pesquisas sobre Emigração Italiana:

- <http://www.ciseionline.it/2012/index.asp>

Fonte de consulta de informações acerca da imigração alemã no Brasil:

- http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/alemanha/Projeto_imigracao_alema.htm

Página do Arquivo Público do Estado de São Paulo, dedicada à imigração:

- <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/>

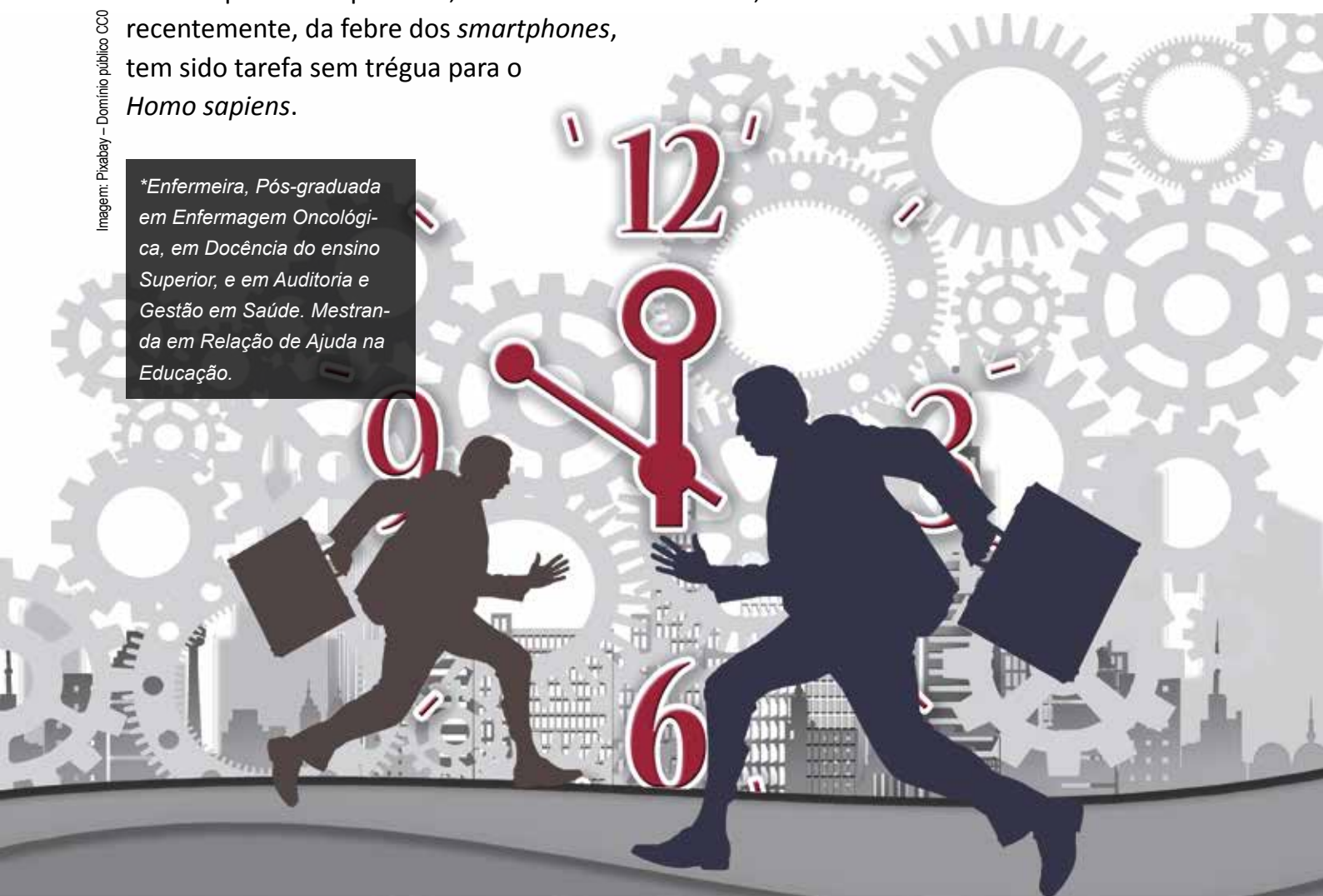
O ESTRESSE NOSSO DE CADA DIA

Regina Lúcia de Barros e Silva Costa¹

Viver na sociedade contemporânea é lidar com um mundo desafiador. Segundo o dito popular “tem que se matar um leão a cada dia”

Ao longo de sua existência, a espécie humana sofreu transformações, saindo de sua zona de conforto, se adaptando e modificando o meio ambiente ao seu redor. Nos dias de hoje, seu desafio consiste em acompanhar as exigências de uma sociedade complexa, majoritariamente urbana, industrial e conectada às redes digitais. Com o advento da revolução digital, a vida nas grandes cidades ficou ainda mais frenética. A troca de informações passou a ser quase instantânea, acarretando impactos no ambiente de trabalho e no tempo livre, dedicado à família, aos amigos e às pessoas do convívio social. Acompanhar a evolução tecnológica, desde a popularização dos computadores pessoais, do advento da Internet e, mais recentemente, da febre dos *smartphones*, tem sido tarefa sem trégua para o *Homo sapiens*.

**Enfermeira, Pós-graduada em Enfermagem Oncológica, em Docência do ensino Superior, e em Auditoria e Gestão em Saúde. Mestranda em Relação de Ajuda na Educação.*



Nesse cenário de constantes mudanças, a busca pelo sucesso profissional, muitas vezes, leva ao excesso de trabalho. A sanha por querer produzir mais em menos tempo, faz as pessoas tornarem-se reféns do seu ofício. É o que se já se convencionou chamar de *workaholic*. Por mais que você trabalhe e seu rendimento aumente, o tempo nunca é bastante para cumprir tantas obrigações. Tal rotina impõe uma carga de trabalho cada vez maior, viciante e desgastante, tanto física quanto emocional. Pois, se uma tarefa não é cumprida no tempo previsto, você procura trabalhar mais ainda acelerando seu ritmo para tentar cumprir suas metas. O resultado para a sua saúde é o pior possível, porque, a cada atividade que você exerce, consome energia de seu corpo e de sua mente, a qual precisa ser compensada com descanso mental e físico equivalente.

Toda essa mudança no estilo de vida de nossa espécie impôs novas atitudes e comportamentos para os quais ainda não estamos totalmente adaptados. Essa realidade de uma sociedade mais competitiva requer que você esteja sempre preparado, em estado de alerta, atualizado, reciclando-se constantemente. Juntam-se a isso as crises financeiras cíclicas e os problemas sociais por elas acarretados, mais o aumento da violência, a criminalidade, a precariedade da mobilidade urbana e a poluição. Tudo isso completa o cenário ideal para você entrar em ebulição. Segundo Fernando Pimentel de Souza¹ – médico e titular de Neurofisiologia e Psicofisiologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “as mais altas excitações implantam uma reação mais forte ainda no organismo, podendo levar-nos ao limite de nossas possibilidades, começando o colapso interno. Os órgãos começam a falhar, pois ficam exaustos, atingindo-nos com desespero e abandono pela impotência de agir”.

O ESTRESSE COMO RESPOSTA AOS PROBLEMAS DE NOSSA ÉPOCA

O médico endocrinologista canadense Hans Seyle foi o primeiro a pesquisar a relação do estresse com o desencadeamento de doenças. A partir de seu trabalho pioneiro, publicado na revista *Nature*, em 1936, o termo emprestado da física, foi incorporado ao vocabulário cotidiano das pessoas. Segundo a psicóloga do Instituto de Medicina Física e Reabilitação do Hospital das Clínicas da FMUSP, Maria Inês Orsoni Chagas², “o estresse, muitas vezes considerado o vilão da vida moderna, causador de muito sofrimento devido aos sintomas físicos e psíquicos atribuídos a ele, não consta como entidade nosológica nos compêndios médicos; mas podemos encontrar sua definição no dicionário Aurélio: ‘estresse é o conjunto de reações do organismo a agressões de ordem física, psíquica, infecciosa e outras capazes de perturbar a homeostase’ (equilíbrio)”.

1 O estresse e o mundo moderno (Fernando Pimentel de Souza) - <http://labs.icb.ufmg.br/lpf/4-196.html>.

2 O estresse na reabilitação: a síndrome da adaptação geral e a adaptação geral e a adaptação do indivíduo à realidade da deficiência (Maria Inês Orsoni Chagas) – Acta Fisiátrica, dezembro, 2010, Volume 17, nº 4.

A maior parte da população passa o dia inteiro no trabalho, o que pode ser muito estressante. Dependendo da profissão que se exerça, para algumas pessoas, falta tempo para fazer as principais refeições do dia; a maioria não pratica exercício físico, por falta de tempo e cansaço. A falta de motivação é um fator predominante para o sedentarismo, uma vez que, após a longa jornada de trabalho e do transporte coletivo sem conforto, lento devido ao tráfego, ao chegar em casa, as pessoas querem apenas descansar.

Na literatura, os chamados *lifeevents* são descritos como acontecimentos vitais, eventos cruciais que podem desencadear o estresse. Além dos “eventos de vida estressores”, existem os denominados acontecimentos menores, que podem ser vivenciados em diversas situações cotidianas. Segundo artigo publicado na *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*³ “muitas vezes, estes acontecimentos diários menores, quando frequentes, geram resposta de estresse com efeitos psicológicos e biológicos negativos mais importantes, do que eventos de vida estressores de menor frequência. Isso mostra o quão são importantes e impactantes esses pequenos eventos, porém frequentes. Em alguns indivíduos são provocadores de grande desconforto psíquico”.

SINTOMAS

Os sintomas do estresse não se manifestam da mesma forma em todos os indivíduos. Tudo depende do nível a que cada um é submetido e de como cada pessoa reage aos fatores causadores de estresse. As manifestações orgânicas variam. Podem ser leves ou intensas. Aparecem como um simples desgaste físico ou desencadeiam doenças com potencial de agravamento.

Entre os sintomas de estresse, os mais citados na literatura especializada são os seguintes:

Físicos: cansaço, esgotamento, insônia, fadiga, azia, úlcera e hipertensão arterial, além de outros sintomas associados.

Emocionais: depressão, ansiedade, obesidade, angústia, falta de concentração e raiva.

Comportamentais: aumento do uso de medicamentos, consumo de álcool, tabagismo e maior incidência de acidentes de trânsito.

O CORPO SE PREPARA PARA O ATAQUE

“Aumento da escalada de excitação leva a seguir a mais reações instantâneas e profundas do organismo, é a fase reativa. Mas o corpo, em se mobilizando, começa a fazer de tudo para restabelecer o equilíbrio perdido. As vísceras quase em bloco procuram recuperar o estado de constância interna. O coração pulsa mais forte e em maior frequência para suprir o oxigênio e a energia consumidos predatoriamente. O trato gastrointestinal se paralisa para dar espaço ao sistema cardiomotor. O sangue esvai-se da pele e desloca-se para os músculos esqueléticos, ficando em prontidão para a ação. A visão não consegue mais focalizar o detalhe e junto com o cérebro vasculariza todo o horizonte em busca de um ataque inesperado. A mente não para de cogitar das surpresas

3 Relação entre estressores, estresse e ansiedade (Regina Margis; Patrícia Picon; Annelise Formel Cosner; Ricardo de Oliveira Silveira) – Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul. Vol. 25, suppl. 1 Porto Alegre, abril, 2003.

que o podem prender em armadilha. Instala-se uma espécie de pânico”, descreve Pimentel de Souza.

A lista de possíveis causas do estresse não tem limites, mas as consequências desse mal podem ir da depressão e síndromes a doenças isquêmicas do coração e cerebrovasculares – como o Acidente Vascular Cerebral (AVC). Especialistas alertam: se há controle da doença, a pessoa não terá danos. No entanto, se a condição de desequilíbrio permanecer por tempo prolongado, as doenças começam a surgir e a impaciência, a ansiedade e a depressão podem se estabelecer, conforme explicou a professora doutora em psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Raquel de Almeida Castro⁴, ao jornal *A Crítica*. Segundo Raquel Castro, um dos grandes problemas da doença é a falta de atenção dada pela população, uma vez que o estresse inicialmente se manifesta apenas por meio de sintomas ‘psíquicos’. “As pessoas tendem a acreditar que os problemas que têm a ver com cansaço mental não são graves como outras doenças, mas são tão maléficos quantos aqueles que apresentam sintomas físicos”. Observamos, porém, que toda resposta fisiológica de ansiedade ao estresse é autolimitada e feita para durar pouco tempo. É por isso que o estresse pode levar a tantos problemas de saúde, tendo sido associado a um maior risco de se desenvolver câncer, doenças autoimunes, asma, fibromialgia, fadiga crônica, doenças cardíacas, dermatológicas e baixa imunidade.

Estudos apontam que cerca de 70% dos brasileiros são vítimas do estresse, considerada como a doença do século XXI, por especialistas. Isso significa que mais da metade dos brasileiros já tiveram algum desequilíbrio do funcionamento mental ou físico. “Geralmente, a doença se desenvolve quando vivemos sob pressão, com prazos, e isso é permanente no mundo de hoje. Se forem situações isoladas, em que há o controle e o retorno para o estado normal, não há danos. O problema está justamente quando não há um retrocesso dessa pressão sob o ser humano”, destaca Raquel Castro.

Para combater o estresse realmente é preciso vencer o grande vilão do mundo moderno: a falta de tempo e o sentido de urgência. Precisamos pelo menos tentar manter o nosso ritmo biológico, embora fatores alheios a nossa vontade, com o horário de verão, também afetem a busca pelo equilíbrio fisiológico. É preciso respeitar os horários das refeições, do sono; tentar realizar exercícios físicos, mesmo que não sejam diários, procurar praticá-los três vezes por semana tentando manter o equilíbrio físico, quanto mental, numa atitude positiva e harmônica diante da vida.

Nossa saúde depende do nosso comportamento, de nossas escolhas. A idade fisiológica (não a cronológica) está associada ao ritmo do autodesgaste de cada um. Mathias Gonzales⁵, psicopedagogo e psicólogo clínico, afirma que “a vitalidade é como um tipo especial de depósito bancário que você pode usar para fazer retiradas, mas não para fazer depósitos. O único controle sobre essa fortuna é o ritmo com que você faz suas retiradas.”

⁴ Considerado o ‘mal’ do século XXI, o estresse pode se desenvolver em doença crônica com ‘caos urbano’ (Raquel de Almeida Castro). Depoimento. [11/4/2015]. Manaus: jornal *A Crítica*. Entrevista concedida a Livia Anselmo. <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/considerado-o-mal-do-seculo-21-o-estresse-pode-se-desenvolver-em-doenca-cronica-com-caos-urbano>

⁵ Como prevenir o stress e as doenças do coração (Mathias Gonzales) – MG Editor, 2011.



Imagem: Pixabay – Domínio público CCO

GESTÃO PLANO DE VÔO APROVADO

Pedro Paulo Tavares de Oliveira e Rogério Lyra

O novo Planejamento Estratégico da Imprensa Nacional (PEIN) mobilizou Direção e servidores entre os meses de abril e setembro deste ano para definir projetos prioritários do período de 2017 a 2019.

Em solenidade no Auditório Dom João VI, o Diretor-Geral, Pedro Bertone, apresentou o PEIN no dia 8/11, após ter assinado a portaria que homologou o resultado dos trabalhos. Desenvolvido pela consultoria da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e pela coordenação interna da Assessoria de Planejamento Estratégico (Aplan), o PEIN 2017-2019 almeja a modernização dos processos administrativos da Casa, bem como a ampliação e melhoria dos serviços oferecidos pela IN à sociedade.

Além de servidores, colaboradores e convidados, participaram do evento o Secretário-Adjunto da Casa Civil da Presidência da República, Antônio José Barreto; o Presidente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Francisco Gaetani; e o Assessor Especial da Secretaria Executiva da Casa Civil, Caio Castelliano.

Na cerimônia, o Diretor-Geral enfatizou a importância do momento: “Depois de oito anos sem um Planejamento Estratégico, conseguimos entregar um projeto que irá nortear a Casa, pelo menos até o final deste Governo, e que coincide com o período de elaboração do próximo Plano Plurianual (PPA) para o período 2020-2023, ocasião em que alinharemos o horizonte de planejamento da Imprensa com o instrumento constitucional de planejamento governamental”.

Após as considerações iniciais, o Diretor comentou as etapas do PEIN, frisando como primordiais a missão, a visão, os valores e os resultados do processo; a disponibilização dos atos oficiais em novas mídias e formatos; a prestação de serviços gráficos estratégicos e de consultoria especializada em produções gráficas para o Governo; a preservação da memória da Imprensa e das artes gráficas no País e a oferta de certificação digital.

Pedro Bertone, também, destacou o grande desafio da mudança de paradigma e a transição dos processos analógicos para o digital, mantendo sempre o nível de confiabilidade que caracterizou a Imprensa Nacional nesses 209 anos. Abordou a importância que a descontinuidade da impressão do *Diário Oficial da União (DOU)* em papel trará para a consolidação da versão digital, que, a partir de agora, conta com a possibilidade ampliada de pesquisa, em arquivos abertos (XLM), mas mantendo o tradicional PDF como documento de validade legal assegurada por certificação digital. Também enfatizou a contribuição ambiental na economia de papel.

Outro aspecto abordado pelo diretor foi a modernização do parque gráfico, para que a IN, em sua nova fase, além de oferecer serviços digitais, continue sendo uma opção de prestadora de serviços gráficos no âmbito federal: “Precisamos estudar melhor as possibilidades, inclusive de adoção da modalidade de locação do maquinário, já que a aquisição deste tipo de equipamento não oferece conjuntamente a manutenção e gera rápida obsolescência em tempos de rápida evolução tecnológica no setor”.

Plano de futuro — Para o presidente da Enap, Francisco Gaetani, a área pública corre atrás das adaptações diárias vividas pelas pessoas, puxadas pelas variadas redes sociais do momento. Mencionou a associação que se faz da IN com o período imperial do Brasil, fato agora modificado com os modernos projetos oriundos do Planejamento Estratégico. Citou a modernização do *DOU* como um “plano que antecipa o futuro”. Elogiou a iniciativa conjunta da Casa Civil da Presidência da República e da Imprensa Nacional de promover o conhecimento da instituição entre seus servidores e a sociedade, “em um momento em que mal se consegue entender o mundo”.



Apoio da Presidência — O secretário-adjunto da Casa Civil, Antônio José Barreto, associou as novidades apresentadas no Planejamento Estratégico à qualidade da participação dos servidores. Garantiu o envolvimento da Presidência da República nos projetos da Imprensa Nacional, de modo a se ter amanhã dias melhores que hoje. “Chego e saio satisfeito. A Imprensa Nacional é representativa para a vida de todos os brasileiros. Contem conosco”, afirmou.

Atos.gov — O Assessor Especial da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, Caio Castelliano, apresentou o projeto Atos.gov, que se integrará à modernização do *DOU* para concentrar no portal da IN a legislação brasileira consolidada, com a evolução do formato estático de hoje (PDF) para um formato aberto (XML). Segundo ele, projetos semelhantes existem em países como França, Espanha, Portugal e Uruguai. Trata-se da reunião de todos os atos oficiais do Governo Federal em um único endereço da internet, pensado para abranger, também, os atos de estados e municípios. Com essa mudança estratégica, Caio projetou o portal da IN como a página pública mais acessada do Brasil nos próximos anos.

Asdin — O vice-presidente da Associação dos Servidores da Imprensa Nacional (Asdin), Pedro Paulo Tavares de Oliveira, encerrou a série de pronunciamentos falando em nome do presidente da entidade, José Geraldo Guerra. Frisou a expectativa positiva da Asdin e reafirmou o compromisso da Associação de apoiar as iniciativas que contribuam para o fortalecimento institucional do órgão e, também, para a valorização dos seus servidores.

Diretor-Geral da IN, Pedro Bertone (centro), entre o Secretário-Adjunto da Casa Civil da Presidência da República, Antônio José Barreto (esquerda) e o Presidente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Francisco Gaetani

Foto: Leticia Helen



Referenciais Estratégicos do Planejamento Estratégico da IN

MISSÃO

Publicizar e realizar a gestão do conhecimento sobre as informações dos atos oficiais para a sociedade e prestar serviços gráficos estratégicos à Administração Pública Federal

VISÃO

Ser referência na gestão do conhecimento sobre as informações dos atos oficiais, acessíveis em plataforma digital, e na execução de serviços gráficos estratégicos para a Administração Pública Federal

VALORES

- ▣ Credibilidade e segurança da informação
- ▣ Acesso universal às informações
- ▣ Regularidade e qualidade na prestação do serviço
- ▣ Sustentabilidade
- ▣ Orgulho de pertencer
- ▣ Qualidade de vida no trabalho
- ▣ Preservação da memória da imprensa brasileira

Servidores, colaboradores e convidados na apresentação do Planejamento Estratégico

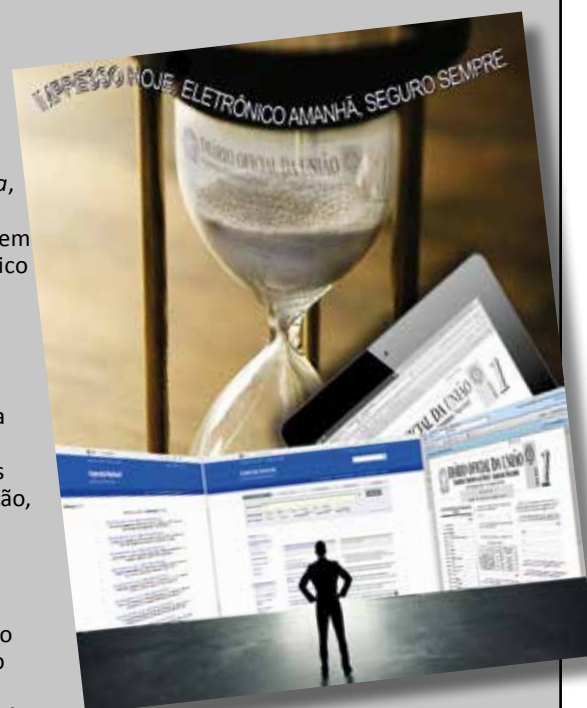


Modernização do DOU

Como principal produto da Imprensa Nacional, o *Diário Oficial da União* absorve a maior parte dos 14 projetos do PEIN, seja em planos ligados a sua editoração ou a produtos derivados da crescente base de dados resultante da migração da versão impressa para a digital. Somente a área de tecnologia da informação absorveu quatro dos 14 projetos do PEIN.

No caso do projeto *Gestão do conhecimento utilizando solução Big Data*, propõe a utilização de uma tecnologia de gestão de informação para criar novos serviços digitais e novas mídias, baseado nas informações publicadas em atos oficiais do governo. A partir de modelos estatísticos aplicados ao histórico de informações do DOU, a solução *Big Data* pode produzir conhecimentos como a evolução de uma política pública ou a percepção da aplicação da política de igualdade entre gêneros na distribuição de cargos públicos.

O projeto *Modernização do DOU* promoverá a melhoria nos processos de produção do jornal nas etapas de recebimento, editoração, publicação, pesquisa e faturamento das matérias. Na fase de recebimento de matérias, as principais novidades são a integração entre o Sistema de Envio Eletrônico de Matérias e os principais sistemas estruturantes do governo (Siconv, SiagsNet, SEI). Na editoração, a novidade é a atualização do sistema *Good News* da versão 3 para a versão 4, que avança na geração do jornal no formato de dados abertos. Ponto para os leitores do DOU, apresentados com mecanismos de pesquisa mais elaborados, envio personalizado de conteúdos e acesso às matérias por meio de aplicativo para dispositivos móveis. As vantagens estendem-se aos processos de editoração e de publicação de matérias. Nesta, a principal modernização será o lançamento de um novo Portal que apresentará o DOU eletrônico em formato diferente. A modernização reflete na qualidade do faturamento das matérias, evitando a perda de arrecadação e atendendo a determinação dos órgãos de controle.

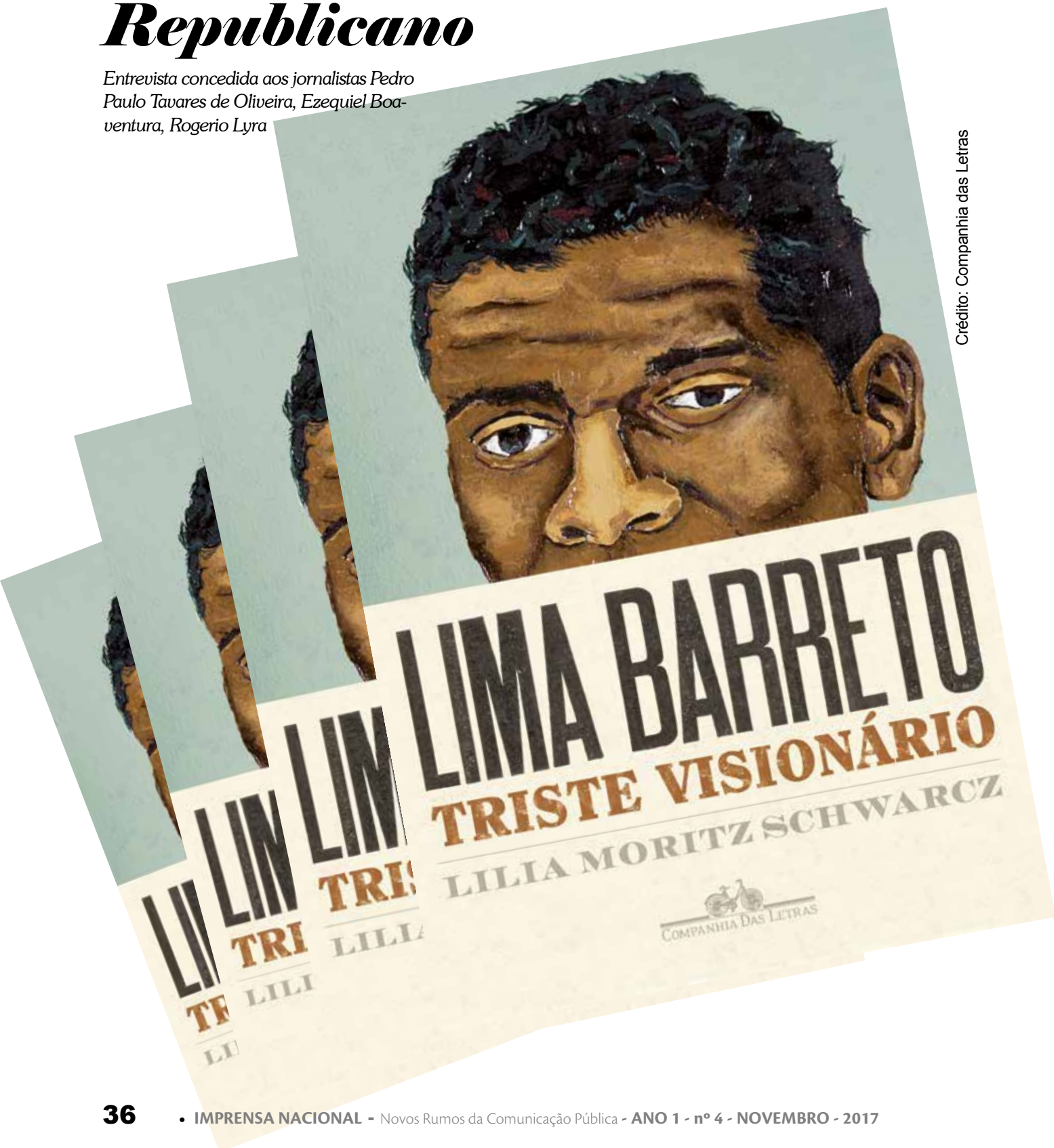


Cultura

Lima Barreto, o arauto e inquieto questionador das injustiças sociais do Brasil Republicano

Entrevista concedida aos jornalistas Pedro Paulo Tavares de Oliveira, Ezequiel Boaventura, Rogerio Lyra

Crédito: Companhia das Letras



Entrevista com Lilia Moritz Schwarcz*

Desde que Francisco de Assis Barbosa lançou, em 1952, *A vida de Lima Barreto*, biografia que resgatou a importância do autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, a cultura literária brasileira ressentia-se de um trabalho de pesquisa e conteúdo que ombreasse com aquele estudo pioneiro e trouxesse à tona discussões, informações e novas revelações a respeito da vida e da obra de Afonso Henriques de Lima Barreto, um dos maiores escritores da literatura brasileira.

Para dar conta dessa hercúlea missão intelectual, a professora Lilia Moritz Schwarcz pesquisou, por mais de dez anos, a obra de Lima Barreto, de modo a realizar um perfil biográfico que abrangesse o corpo, a alma e os livros do escritor carioca, nascido em 13 de maio de 1881 e falecido, na mesma cidade, em 1º de novembro de 1922. E o resultado desse esforço monumental está disponível, agora, para os leitores interessados em conhecer e enriquecer-se culturalmente com o livro *Lima Barreto: Triste Visionário*, editado, neste ano, pela Companhia das Letras.

Para falar acerca desse trabalho, a professora Lilia Moritz Schwarcz concedeu, por telefone, entrevista à revista *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública*. Nas páginas seguintes, Lilia nos dá a oportunidade de entender um pouco do universo desse grande escritor brasileiro, Lima Barreto.

Lima Barreto nasceu no mesmo dia de criação da Imprensa Nacional, 13 de maio. Machado de Assis e o pai de Lima Barreto trabalharam na IN. Que outra vinculação a senhora aponta na vida e na obra dos dois escritores?

No meu livro, tem um capítulo em que eu falo a respeito desse assunto, acerca da biblioteca de Lima Barreto, que ele chamava de *Limano*, e que mostra como Machado e Lima Barreto pertenciam a gerações diferentes. Quando Machado morre, Lima Barreto estava entrando nessa área da literatura, disso que nós chamamos de república das letras, e eu explico, em capítulo específico dedicado a esse tema, a respeito de como Lima Barreto, como não poderia deixar de ser, apreciava a literatura de Machado de Assis e tinha questões críticas ao posicionamento, ao projeto de institucionalização de que Machado de Assis participou, se referindo especificamente à Academia Brasileira de Letras (ABL). Lima Barreto tentou, por três vezes, entrar na ABL. Ele teve uma relação ambivalente com a Academia, ele achava que ela estava criando um tipo de estrutura para a literatura muito cerceadora, restrita, e vinculava Machado de Assis a esse local. A gente não deve criar um ponto de disputa entre os dois autores, pois eles tinham estilos de criação distintos, de ocupações distintas, enfim, foi, sobretudo, a recepção mais tardia que os opôs desta maneira.

A certa altura do livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*, um personagem revela o desejo de conhecer a Europa. Nacionalista convicto, Policarpo critica o comentário e recomenda a necessidade de primeiro se conhecer o Brasil e, depois, outros países. Com esse posicionamento, a senhora avalia que Lima Barreto criticava o desprezo pelo Brasil, ou antecipava o processo de globalização de hoje?

Ninguém tem a capacidade de antecipar, podemos cair numa espécie de anacronismo, devemos, com isso, ficar no momento em que ele viveu. Lima Barreto, como eu mostro no livro, fazia uma crítica muito grande aos estrangeirismos, que ele chamava de bovarismo, por conta de *Madame Bovary*. Ele acreditava que os brasileiros tinham mania de se passar pelo que não são. Então, a crítica dele era muito mais a respeito dessa questão do estrangeirismo do que propriamente da globalização. Ele, também, tinha muitas críticas aos Estados Unidos da América (EUA), não exatamente pelo termo que vocês propõem, mas ele era contra essa política de *apartheid* (segregação racial) existente nos EUA. Ele era um combatente disso tudo que ele chamava de bovarismo.

A origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista e amanuense pobre influenciaram de que maneira a obra de Lima Barreto?

Foto: Renato Parada



*Lilia Moritz Schwarcz

Nasceu em São Paulo em 1957. É historiadora e professora titular no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e Global Scholar na Universidade de Princeton (EUA). Seu livro *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* ganhou o prêmio Jabuti de Livro do Ano, em 1999. Publicou diversas outras obras, entre elas: Um enigma chamado Brasil, em coautoria com André Botelho (terceiro lugar do Prêmio Jabuti de Ciências Humanas, 2010). Dirigiu a coleção *História do Brasil Nação*, em seis volumes. Escreveu *O sol do Brasil* (Prêmio Jabuti de melhor biografia, 2009) e *D. João Carioca – história em quadrinhos* acerca da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em coautoria com o quadrinhista e ilustrador João Spacca.

Influenciaram totalmente. A obra toda dele trata do Rio de Janeiro mais alargado, porque inclui o centro, mas, também, o subúrbio onde ele morava. É uma literatura muito impactada pela questão racial, a vida toda ele se queixou de ter sofrido desde os tempos de estudante na Politécnica, e Lima Barreto teve que virar um amanuense, que vem a ser um copista, por conta da doença do seu pai, João Henriques, que trabalhava no manicômio para alienados e que, depois, fica também alienado, a partir de 1902. Lima Barreto sempre desdisse da sua profissão de funcionário público, não gostava, ele ironizava, ele dizia que o funcionário se media pela quantidade de vezes que ele abria e fechava as gavetas, ou apontava o lápis. Inspirado nessa experiência, ele criou personagens fundamentais, por exemplo, Isaías Caminha era um amanuense e foi seu primeiro romance publicado.

Hoje com o revisionismo histórico, toca-se na questão de Machado de Assis não ter sido ativista da questão racial. Como podemos analisar hoje o trabalho de Lima Barreto, com relação a esse tema e ao feminismo?

Silviano Santiago, que fez a orelha do meu livro, tem toda a razão, quando diz que Machado de Assis não teve a postura de intelectual público, como teve Lima Barreto. No caso de Lima Barreto, não podemos transformá-lo num ativista como temos hoje, isso seria errado com o autor, fora do seu contexto. Por outro lado, Lima Barreto escreveu artigos muito importantes contra o feminicídio, ele fez uma seção inteira chamada *Não as matem*, em que ele pedia aos amantes, aos maridos, que não matassem as esposas, ou seja, ele já falava de uma prática muito usual. Por outro lado, ele tem nos romances, colunas, crônicas, diários, cartas, críticas acerca do racismo brasileiro, é claro que ele não está falando do racismo de hoje,

mas do período pós-emancipação. Você tem razão em não transformá-lo num ativista do século XXI, mas ele tinha características do intelectual público que se manifesta, ele era jornalista também, diferentemente de Machado, ele, como jornalista, lutou contra essas injustiças de forma veemente.

Todos nós tivemos contato com as obras de grandes autores no ensino fundamental. Policarpo Quaresma é bem apreciado até hoje, com suas críticas sociais. Mas qual foi o impacto da obra de Lima Barreto em sua época?

Ele teve, ele não era uma figura desconhecida. Ele teve impacto, sim, mas não o que ele imaginava. O mais importante deste trabalho, como esse agora de vocês, é valorizar e lembrar sempre a obra de Lima Barreto e a figura de Lima Barreto. Tivemos, agora em julho, a Feira Literária Internacional de Paraty (Flip), na qual proferi palestra a respeito da minha recém-lançada biografia de Lima Barreto. O mais importante é que esse trabalho de divulgação desse importante autor não caia no esquecimento, que não pare, e que sua obra entre nas escolas e não deixe de ser estudada. A gente tem de aprender a comparar os autores sem procurar reduzir um ou outro, como ele mesmo diz, um projeto de literatura realista, que seria um projeto de literatura impactada com seu momento, tanto que ele é leitor dos russos, de Dostoiévski, do francês Balzac, portanto, é um autor muito importante para o nosso momento.

Machado de Assis era muito criticado no exterior por não ser engajado politicamente, ser brasilianista, falar dos índios, da floresta. Com relação a Lima Barreto, como era a aceitação dele fora do Brasil naquela época?

Ele não teve a repercussão que poderia ter tido. Fora do

Brasil, ele não era conhecido de maneira nenhuma, as notícias demoravam muito a acontecer. Até mesmo as relações no Brasil eram difíceis. Mesmo entre São Paulo e Rio de Janeiro, eram bastante complicadas. Ele começa ser conhecido agora, justamente por esse aspecto, por ser um autor engraçado, boêmio, um autor do modernismo.

Além do racismo que vemos nas biografias, sempre se fala do diagnóstico de classificá-lo como louco, quando, na verdade, sabemos que ele sofria de depressão, sem contar a questão do alcoolismo.

As pessoas caem facilmente na questão do biografismo, que é transformar a literatura como um arremedo da biografia. E não é. Eu acho que isso é uma forma de preconceito também, você achar que ele era louco. A gente usa a questão da loucura de uma forma muito fácil. Ele tinha problemas de alcoolismo e a gente pode dizer, também, que a própria sociedade o levou a isso. A gente pode dizer de outra perspectiva que o racismo é uma loucura. O visionário é uma pessoa de visão que, muitas vezes, é tratado como louco.

Outra questão, inclusive mencionada em sua palestra na Flip, dá conta que, em Policarpo Quaresma, o personagem sugere ao presidente Floriano Peixoto instituir o tupi-guarani como língua nacional. Mas, se ele fosse um ativista da causa negra, não seria mais lógico instituir o bantu, por exemplo?

Mas se você prestar atenção, a questão do livro é uma questão literária, e é uma ironia, por isso é que ele está brincando com a instituição tupi-guarani, não é uma realidade, está até ironizando os indigenistas que têm um jeito mais purista de tratar.

Aos sete anos de idade, Lima Barreto ficou órfão de mãe. Após a Proclamação da República, seu pai é demitido da Imprensa Nacional, onde trabalhou como tipógrafo. Depois desse episódio, pai e filho vão morar na Ilha do Governador. O escritor passa a viver como pequeno funcionário na Secretaria da Guerra e a colaborar na imprensa. Podemos dizer que foi nesse período que ele planejou todos os seus romances?

O pai de Lima Barreto, João Henriques, era um tipógrafo bastante afamado durante o Segundo Reinado. Ele fazia parte da revista tipográfica mais importante e a tipografia era uma forma muito relevante de ascensão dessas famílias negras e famílias pobres durante o Império. Como era uma questão técnica, era uma questão do bom português, então, João Henriques ficou conhecido como primeiro produtor de um manual de tipografia que ele traduziu do francês. Só que João Henriques era afilhado do Visconde de Ouro Preto, e, quando Ouro Preto cai, porque ele foi chefe do último Gabinete do Império, João Henriques, que trabalhava num jornal monarquista, também caiu. Por isso, ele foi trabalhar como almoxarife numa Colônia de Alienados, na Ilha do Governador. Lima Barreto vai com ele e fica durante uma semana em Niterói. Nesse período, ele estudava em uma escola para se preparar para entrar na Escola Politécnica. É um lugar de muito carinho para Lima Barreto, ele diz que a casa da Ilha do Governador foi a única que ele chamaria de sua. Eu acredito, e, também, Francisco de Assis Barbosa, que escreveu a primeira biografia de Lima Barreto, que o sítio da Ilha do Governador é o que inspira o sítio de Policarpo Quaresma e, na minha opinião, Policarpo Quaresma é João Henriques. Sem dúvida, esse é um momento muito importante

na vida de Lima Barreto, mas não que ambiente toda a sua literatura.

Como é sabido, Lima Barreto era um leitor voraz e teve acesso à literatura de ficção europeia do século XIX. Conheceu, na época, a obra dos grandes romancistas russos. Em uma carta, ele dizia a um escritor estrepante: “Leia sempre os russos – Tolstói, Turgueniev, um pouco de Gorki, mas, sobretudo, Dostoiévski, de *Recordações da Casa dos Mortos* e de *Crime e Castigo*. Por que essa paixão por Dostoiévski?

Lima Barreto escreveu uma série de testamentos, sem saber que eram testamentos, que ele chamou de o destino da literatura. Era uma palestra que ele iria proferir e não conseguiu porque ficou sem condições. Mas a gente tem esse testemunho. Ele defende uma literatura realista, e alega que os seus grandes inspiradores são Dostoiévski, Tolstói, os russos em geral, os franceses, como Balzac e Flaubert, e Guyau, autor da teoria do bovarismo. Também era um leitor de Eça de Queirós, o primeiro escritor a definir o que seria literatura militante, e Lima Barreto se definia como escritor militante. E o que seria escritor militante e por que os russos? Porque são escritores que impactavam pela sua realidade, ele dizia que a realidade do Brasil era mais complexa, são escritores que lidam com o seu momento, com a sua geografia, com as questões da sua população e, também, lidam com a solidariedade e com a dor. Lima Barreto costumava dizer que o exílio de Dostoiévski na Sibéria tornou-o uma pessoa mais afetada pela dor do outro, ele se dizia um escritor afetado pela dor.

Qual seria a atualidade da obra de Lima Barreto nos dias de hoje, quando um de seus personagens mais conheci-

dos, o Major Quaresma, foi levado à prisão ao fazer perguntas como: O Brasil é um país imenso, de terras férteis. Por que tanta gente vive na miséria, se essas terras dariam alimento para todos? Como é possível que os políticos, as altas patentes e os poderosos amem o Brasil se eles só pensam no próprio benefício?

Lima Barreto tem críticas muito fortes aos políticos. Ele escreveu, inclusive, um romance chamado *Numa e a ninfa*, uma sátira política em que ele faz uma imensa acusação ao discurso vazio dos políticos, à corrupção, ele cria, inclusive, uma república dos Bruzundangas, da qual Lima Barreto fez obra política por excelência. A terra dos Bruzundangas era nada mais nada menos que o Brasil do começo do século, onde a arte de fazer política era a corrupção. Ele fazia críticas muito fortes à desigualdade social. Eu, inclusive, em recente artigo que escrevi para o jornal digital Nexo, falo que, passados quase 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, que prometeu acabar com a desigualdade, o País continua tão ou mais desigual, muito injusto. Lima Barreto falava o tempo todo em desigualdade e o contexto, no pós-emancipação, não nos trouxe igualdade.

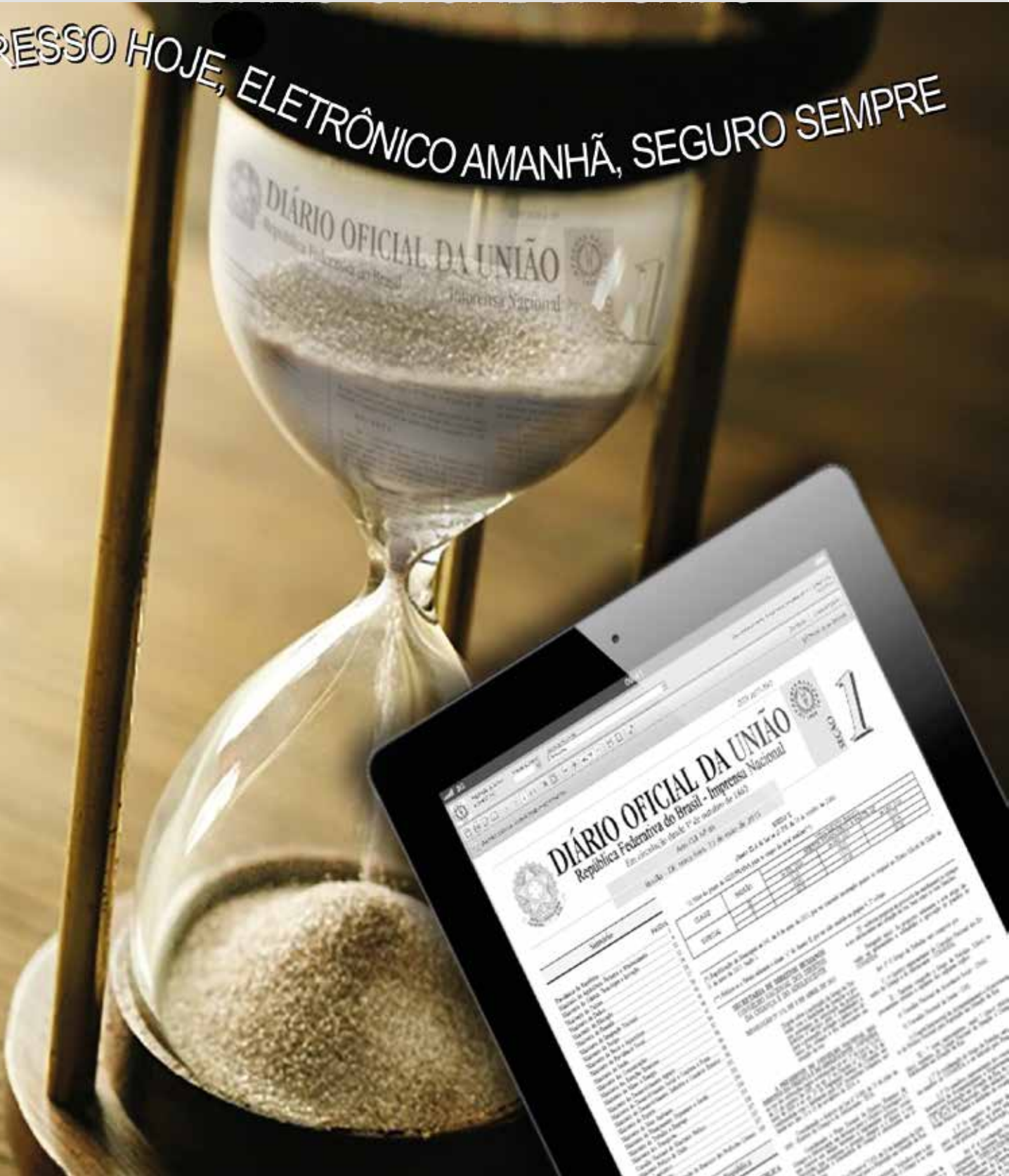
Poderia nos exemplificar onde Lima Barreto aguçou seu olhar visionário de um homem que incomodou muita gente durante a Primeira República, na qual ele percebeu que, se quisesse subir na vida, teria de abandonar os valores de sua classe e de sua cor, adotando e defendendo os padrões das elites?

Bom, ele aguçou o tempo inteiro nas crônicas, nos romances, nas colunas, nos contos, ele estava o tempo todo falando e, de fato, ele incomodou muita gente e não abandonou os valores de sua classe social, como poderia ter acontecido.

Rogério Lyra

Por dentro do DOU

IMPRESSO HOJE, ELETRÔNICO AMANHÃ, SEGURO SEMPRE



Uma cena incomum seria ver alguém folheando tranquilamente as folhas do *Diário Oficial da União* (DOU), em seu desjejum, no café da manhã. O diário (embora não circule aos sábados, domingos e feriados) tecnicamente não é um jornal – ao menos não nos moldes tradicionais, em que as matérias tornam-se notícias de acordo com a relevância dos fatos, assim entendidas, após análise feita pelos seus editores –; o DOU, na verdade, é um compêndio (em sua edição recorde saiu com 5.200 páginas, pesando 10,4 kg) de máxima relevância na oficialização dos atos do Governo Federal e na tomada de decisões pelos que procuram, em suas páginas, informações a respeito dos atos oficiais (nomeações e normas que passaram a ter validade legal). Quase todo mundo já ouviu falar do DOU, mas o que pouca gente conhece é como ele é feito, de onde vem seu conteúdo e o caminho que este segue, desde as fontes das matérias, passando pela chegada em nossos computadores-servidores, pela preparação para a diagramação (ou paginação), pela impressão das chapas e a entrega à área gráfica, até rolar pelas esteiras da rotativa que imprime o DOU de segunda a sexta-feira. Por fim, o envio do material impresso aos destinatários. Sempre em consonância com as mudanças tecnológicas ocorridas ao longo da história, essa rotina se repete desde 1º de outubro de 1862.

Na tradição da imprensa escrita mundial, o sonho de qualquer editor é um dia entrar na oficina de impressão com um furo de reportagem em mãos e gritar a consagrada frase: “Parem as rotativas!”. Bem, aqui na Imprensa Nacional (IN), ninguém vai dizer essa frase. Mas nossas rotativas, em especial as da impressora DGM 850, vão parar. O encerramento das atividades de impressão do DOU ocorre no dia 30 de novembro deste ano. O Diário, no entanto, continuará sendo impresso, porém em escala reduzida, um número mínimo de exemplares para reserva técnica – não mais os 5.000 de hoje (média diária) – a serem enviados à Casa Civil da Presidência da República e ao Arquivo Nacional. Uma pequena parte será guardada na própria IN. O DOU Eletrônico, por sua vez, será a única fonte de consulta para o público em geral.

Feitas as considerações iniciais, nossa viagem pelos caminhos trilhados pela informação até chegar ao DOU, começa pelas fontes, ou seja, os órgãos do Executivo Federal, Judiciário, estaduais e municipais. Nesses, os atos em geral, leis, portarias, editais e demais documentos são transformados em matérias para serem enviadas aos computadores-servidores da Imprensa Nacional, por meio do *IncomView*, um sistema desenvolvido para receber dos órgãos todo o material que será veiculado no Diário. Maria da Silva Santana e Hugo Vinícius Alves são os responsáveis pelo envio dos Atos na Coordenação de Documentação da Secretaria de Administração da Presidência da República. “É tudo muito simples, depois que recebemos os textos da Assessoria jurídica, verificamos a formatação e encaminhamos para a Imprensa Nacional por meio do Incom. O próprio programa só aceita se estiver tudo dentro da formatação exigida”, explica Hugo.

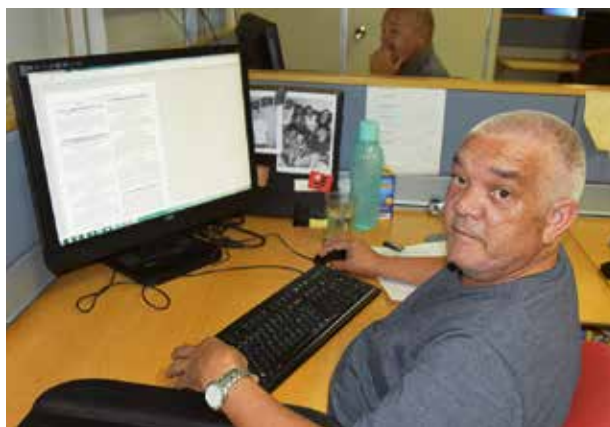


Maria Santana e Hugo Alves, responsáveis pelo envio dos atos da PR para publicação no DOU

Ao chegar à IN, pelo *IncomView*, os funcionários da Coordenação de Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais (COEJO) começam os trabalhos de revisão, padronização e formatação das matérias. “Aqui, separamos e deixamos as matérias como devem ficar. As colunas, as seções, enfim, é um trabalho de organização de todo o material que chega”, diz Mauro Maffia. Após essa segunda fase (primeira na IN), o material segue para conferência e paginação. “Paginamos as retrancas, o sumário, conferimos a numeração para enviar para gerar o PDF”, explica Abdon Melo.



Servidor Mauro Maffia analisando matérias para publicação no DOU



Abdon Melo explica o processo de paginação do DOU

Por dentro do DOU

Fotos: Rogério Lyra



Francisco Carlos fala da conferência em todas as fases antes da publicação



Impressora DGM 850 rodando o DOU

Depois de paginados, os arquivos eletrônicos seguem para a geração do arquivo em PDF e posterior publicação *online*. “Sempre conferimos em todas as fases. Se estiver tudo certo, gero o PDF e publico em nosso portal”, diz Francisco Carlos.

Após ser gerado o PDF, o *DOU* chega ao público, via Internet, antes da versão impressa. Concomitantemente, o mesmo arquivo que foi publicado em nosso portal, vai para a área de pré-impressão (fotomecânica). “Aqui, eu recebo o arquivo e faço a imposição, que é a montagem das páginas como ficarão dispostas, lado a lado, seguindo a numeração. São quatro páginas em cada chapa”, explica, enquanto manuseia uma chapa que acabou de sair da impressora, Ailton Freire de Carvalho.



DOU saindo da impressora DGM 850

Enfim chegamos à reta final. Impresso e montado, o *DOU* segue agora em fardos para ser distribuído aos assinantes e leitores em geral. Bem, essas últimas etapas, pré-impressão, impressão e montagem dos cadernos e expedição, a partir do dia 30 de novembro, ficarão na lembrança dos que viveram a transição do analógico ao digital. Desde sua criação até hoje, foram 155 anos de história impressa em papel. Mas nossa história continua, sendo que a partir de agora somente na plataforma *online*.



Ailton Carvalho explica a disposição das páginas na chapa de impressão

Da pré-impressão, ou gravação das chapas, o *DOU* segue, agora, finalmente, para a área gráfica, onde será impresso na DGM 850. Lá, os trabalhos continuam madrugada adentro. Assim que as primeiras chapas chegam, a impressão se inicia. Ao final do processo de impressão, com o jornal já rolando esteira abaixo, os gráficos começam o empilhamento dos cadernos. O *DOU* então segue para expedição, mas antes será montado, propriamente, dispondo cadernos e encartes, pela ordem.



Servidores da IN fazem a montagem do *DOU*

Por dentro do DOU

Fotos: Rogério Lyra

**Na madrugada,
a servidora Valéria Gomes
e Gilvan Vasconcelos, da
empresa Letícia,
preparam a expedição
do *DOU***



Modo de usar

Foto: Lisandra Nascimento



DOU de 21 de setembro de 2000, com 5.200 páginas, pesando 10,4 Kg. Tiragem de 28.000 exemplares. Exposto no Museu da Imprensa.

Criado por meio da Lei Imperial nº 1.177, sancionada em 9 de setembro de 1862, o primeiro número do *Diário Oficial da União (DOU)* circulou em 1º de outubro de 1862, quando o governo brasileiro, por meio de uma deliberação do Marquês de Olinda, passa a divulgar os atos legais nesse periódico. O *DOU* é subdividido em três seções. A Seção 1 publica os atos normativos, como as leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos de âmbito geral. A Seção 2 é responsável pelos atos relativos ao pessoal da administração pública federal. Por fim, na Seção 3, são publicadas as informações acerca dos contratos, editais e avisos de órgãos públicos federais, e das diversas entidades civis, como empresas privadas, associações, organizações não governamentais, partidos políticos entre outros. Além da edição normal, que circula de segunda a sexta-feira, o *DOU* pode dispor de edições extras, editadas e publicadas de acordo com a demanda da Casa Civil da Presidência da República. Há, também, os suplementos semanais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Orçamento da União (LOA), publicado anualmente.

Os destaques do DOU



Os Destaques do *DOU* são editados e publicados no *DOU online*, de segunda a sexta (menos feriados), pelos jornalistas Dermeval Fernandes Dantas (em pé) e Miguel Felix dos Anjos.

Com seu conteúdo proveniente de fontes oficiais, escolher quais matérias devem ser destacadas em detrimento de outras, não é uma tarefa fácil. O critério principal deve ser sempre o do interesse público, é claro, mas, além disso, deve-se buscar aquilo que é mais urgente e imprescindível de ser realçado. “Eu costumo sempre privilegiar as informações de maior circulação, que estejam gerando maior atenção popular. Matérias como ajuste fiscal, por exemplo, o aumento da contribuição previdenciária por parte dos servidores. Também destaco as portarias da Anvisa, que proíbem a fabricação e a comercialização de medicamentos, lotes que foram invalidados. Ponho em destaque as mudanças nas leis, nas portarias, que, de uma forma ou de outra, facilitem a vida do cidadão. Procuro destacar tudo aquilo que ele gostaria de saber”, explica Miguel Félix dos Anjos. “Basicamente, eu pinço as informações relativas aos editais dos concursos públicos, seleções, chamadas públicas, essas coisas que as pessoas e as empresas estão sempre procurando saber com certa urgência”, completa Demerval Dantas.

Os destaques na EBC

Na Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), o DOU é de vital importância na elaboração das pautas jornalísticas de todas as editorias. “Como órgão oficial, aqui não trabalhamos com *off*, usamos somente material de fontes oficiais, por isso o *Diário Oficial* é para nós uma das principais fontes. Consultamos os destaques que vocês elaboram aí na Imprensa Nacional, mas vamos além, ou seja, destrinchamos mesmo todo o conteúdo e elaboramos nossos próprios destaques. Hoje, só trabalhamos com a versão *online*; já há um bom tempo que não vejo por aqui a versão em papel”, ressalta Armando Cardoso. O jornalista Daniel Isaia trabalha, basicamente, com a seleção do material que vai virar pauta das matérias da EBC. “Eu analiso todo o material e procuro destacar o que tem maior relevância; o que pode virar notícia, sempre do ponto de vista do interesse do cidadão, esse é o nosso papel na EBC”, explica Daniel.



Os jornalistas Armando Cardoso (acima) e Daniel Isaia, da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), têm o *DOU* como uma das principais fontes de notícias.



X PRÊMIO SOF DE MONOGRAFIAS

TEMAS Gasto Público
Orçamento Público

PREMIAÇÃO POR TEMAS 1º colocado - R\$ 40.000,00
2º colocado - R\$ 20.000,00
3º colocado - R\$ 10.000,00

Os trabalhos premiados serão publicados eletronicamente e receberão certificados

INSCRIÇÕES E ENTREGA DOS TRABALHOS

7 de dezembro de 2017 a 21 de maio de 2018

Via SEDEX

INFORMAÇÕES Fone: (61) 3412-6124
premio-sof.df.esaf@fazenda.gov.br

APOIO



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



IDEALIZAÇÃO

SECRETARIA DE
ORÇAMENTO FEDERAL

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



Homo CELULARIS

Virtualmente digitais, vivemos a evolução da espécie

Por Rogerio Lyra



Trimmmm, trimmmm, trimmmm, 3h49, acordo com um alarme estridente e quase caio do sofá, onde acabei dormindo, enquanto assistia a mais um episódio de minha série preferida do meu serviço de *streaming*. Ainda atordoado, procuro pelo meu *smartphone* e o vejo caído, ensopado de catchup e mostarda, em cima de uma fatia mordida de pizza de *pepperoni*. ALERTA, BATERIA EM ESTADO CRÍTICO! – 10%. Diz o aviso. Procuro o carregador na mesinha ao lado, em meio às latas amassadas de cerveja. Nada, em nenhum lugar!

Levanto e resolvo tomar um banho, no boxe, viro a torneira, nenhuma gota. Só então é que me lembro do aviso no elevador. ATENÇÃO SENHORAS E SENHORES CONDÔMINOS, FALTARÁ ÁGUA NOS PRÓXIMOS DOIS DIAS. Ainda bem que não havia usado o xampu, penso. Volto ao sofá e ligo a TV, carros em disparada, fuga, trocam tiros com viaturas policiais, em meio ao caótico trânsito de Nova Iorque. Zap, troco o canal. “Irmãos, o fim está próximo, arrependam-se!” Zap, “se você juntar o número da hipotenusa com a soma dos catetos...” zap, zap, *chiiiiiiiiiii*, zap, “interrompemos agora nossa programação, voltamos logo mais ao ar, às 6h00”. Desligo a TV. Preciso comprar uma *SmartTV*.

Após tomar um café solúvel, acompanhado de duas bolachas *cream cracker*, sigo para o trabalho, sem atuali-

zações de aplicativos, sem mensagens da gerente do meu banco, nem os virais do *WhatsApp*. Desconectado, no caminho, ao primeiro sinal fechado, me sinto um estranho no ninho. Olho para o lado e vejo todos imersos nas nuvens, de olhos vidrados em seus *smartphones*.

Duas horas e dois bloqueios policiais depois, por causa de dois acidentes no percurso, ufa, que estrese, enfim chego são e salvo ao trabalho. Uau! Achei meu carregador em cima da mesa. Conecto meu celular. Ligo meu *desktop* e checo minha caixa postal, uma mensagem do RH me diz que preciso marcar minhas férias. Ligo e sou informado que o sistema está fora do ar. “Ligue mais tarde, daqui a uma horinha, quem sabe?”, me tranquiliza a colega do setor.

Relaxo com uma xícara de chá de camomila, enquanto leio na Internet uma crônica a respeito das facilidades e oportunidades que o futuro nos reserva, como uma agência de turismo que oferece pacotes virtuais em Realidade Aumentada (RA) no ano de 2050: “VIAJE PARA QUALQUER LUGAR, SEM ABRIR MÃO DO CONFORTO E SEGURANÇA DE SEU LAR!” Quanta loucura! Começo a imaginar como seria um mundo (de novo) sem celular. *Oh, oh um horror...* BATERIA CHEIA, 15 chamadas não atendidas, 21 *e-mails*, cinco MSN e 32 mensagens no meu *WhatsApp*!

IMPRENSA NACIONAL

ATENÇÃO PARA OS VALORES REFERENTES A PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E ASSINATURAS ELETRÔNICAS DOS JORNAIS OFICIAIS

CENTÍMETRO DE COLUNA PARA PUBLICAÇÃO

R\$ 33,04

ASSINATURAS DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO ELETRÔNICO (R\$)

PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	38,00	38,00	38,00
TRIMESTRAL	113,00	113,00	113,00
SEMESTRAL	226,00	226,00	226,00
ANUAL	452,00	452,00	452,00

Imprensa Nacional, publicando a história oficial do Brasil desde 1808



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil
Ano CXII Nº 25
Brasília - DF, sexta-feira, 4 de fevereiro de 2005

Imprensa Nacional

www.in.gov.br

Os artigos específicos dispõem:
Secretaria de Política e Programação de Imprensa e
Assessoria de Comunicação Social



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIV Nº 229

Brasília - DF, quinta-feira, 30 de novembro de 2017



NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, O DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DEIXOU DE CIRCULAR EM PAPEL IMPRESSO. MAS NÃO SE PREOCUPE, O PAPEL DE REGISTRAR TODOS OS ATOS DOS TRÊS PODERES CONTINUA NO MEIO DIGITAL.

Desde 1º de outubro de 1862, o Diário Oficial da União imprime boa parte da história do Brasil. São atos como a sanção da Lei Áurea, a Proclamação da República, o direito ao voto feminino e a redemocratização. Enfim, os principais atos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário dos últimos 155 anos. Daqui para frente, este papel impresso fica guardado na história e o DOU segue exclusivamente em meio digital. Essa nova versão será em formato de dados abertos. O que isso quer dizer? O DOU digital vai facilitar o acesso a todos os usuários, que poderão consultar seu conteúdo a qualquer hora e em qualquer lugar. Assim, o Diário Oficial da União continua sendo o mesmo, mas cada vez mais moderno e interativo.

